

W O R K S H O P 2020

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

desafios entre teoria e prática



W O R K S H O P 2 0 2 0

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

desafios
entre teoria e prática

THEMIS
GÊNERO JUSTIÇA
DIREITOS HUMANOS

Apresentação	4
Os impactos da pandemia Covid-19 e as Promotoras Legais Populares formadas pela União de Mulheres de São Paulo	
Maria Amélia de Almeida Teles	9
Formação de Promotoras Legais Populares da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos	
.....	17
Formação de Promotoras Legais Populares do CECA - Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria	
Graciela Patricia Cornaglia e Nivia Ivette Núñez de la Paz	34
Formação de Juristas Populares da Fundação Margarida Alves	
.....	49
Formação de Promotoras Legais Populares do Grupo Mulher Maravilha	
.....	62
Formação de Promotoras Legais Populares da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília	
.....	75
Formação de Promotoras Legais Populares da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ	
Cristiane Brandão, Mariana Trotta Dallalana Quintans, Mariana Assis e Thuane Nascimento	90
Promotoras Legais Populares da Fronteira Trinacional	
o desafio de combater a violência contra as mulheres nas cidades de fronteira	
Danielle Araújo e Elza Mendes	101
Workshop Promotoras Legais Populares:	
desafios de agora e no pós-pandemia entre teoria e prática	112
Anexos:	
Mapeamento das ameaças, desafios e alternativas para continuidade do trabalho das organizações que formam Promotoras Legais Populares	119
Programação Workshop	122
Participantes	124

apresentação

Na década de 90, vivemos juntas a reabertura democrática e os ares de novos tempos: a promessa de direitos individuais e sociais sob a égide da Constituição Federal de 1988. Fomos movidas pelo ímpeto de tornar concreto o que abstratamente vinha previsto em lei. Seguimos o impulso na busca por reconhecimento de novos direitos e por uma cidadania plena, notadamente para grupos mais vulneráveis como mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outros.

Nesse contexto, a Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e outras organizações brasileiras desenvolveram, cada uma com sua própria identidade, o projeto de formação das Promotoras Legais Populares. Em comum, o desejo de que o direito fosse acessível e estivesse “nas mãos” e “na boca” de mais mulheres.

Durante o caminho, tivemos diversas conquistas, obstáculos e derrotas. Os anos mais recentes da história política brasileira têm nos colocado muitos desafios, estamos vivendo uma profunda mudança de contexto jurídico-político que impõe repensar caminhos futuros e reavaliar nossos passos já dados. Como reagimos a contextos adversos? Quais de nossas ações tiveram sucesso? Quais ações precisam ser repensadas e aperfeiçoadas? Quais de nossas estratégias se sustentam no contexto atual? Essas são algumas das possíveis perguntas aptas a nos ajudar a retraçar o caminho.

Inspirada por essa necessidade de uma autorreflexão mais profunda, a Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos solicitou apoio do ELAS Fundo de Investimento Social para o projeto "Promotoras Legais Populares da América Latina: construção de uma aliança regional", através do edital "Mulheres em Movimento 2019", no qual foi selecionado. Para seu desenvolvimento, contamos com a parceira do Namati - Rede de Empoderamento Legal, rede que reúne aproximadamente 8.000 indivíduos e 2.000 organizações que trabalham em todo o mundo pelo acesso à justiça, com comunidades e grupos vulneráveis.

No entanto, a pandemia do novo coronavírus impôs uma mudança de planos e, por sua vez, reafirmou a importância e urgência de um debate aprofundado sobre direitos humanos. Ciente disso, a proposta inicial foi redesenhada com o objetivo de fomentar espaços de diálogos sobre a atuação das Promotoras Legais Populares no contexto brasileiro, seus desafios atuais e oportunidades, bem como pensarmos em estratégias para uma atuação em rede.

Para isso, realizamos um evento online, divido em três ciclos, denominado "Workshop Promotoras Legais Populares: desafios de agora e no pós-pandemia entre teoria e prática", que aconteceu entre os dias 03 e 17 de junho de 2020, pela plataforma Zoom e reuniu Promotoras Legais Populares das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, contando com a participação ativa de 32 participantes. Uma breve síntese sobre as discussões apresentadas ao longo dos três dias de trabalho do Workshop Promotoras Legais Populares: desafios de agora e no pós-pandemia entre teoria e prática, integram a presente publicação.

Essa publicação traz textos produzidos por essas organizações (a partir de um instrumento previamente fornecido pela Themis), que foram elaborados com o intuito de compreender as similitudes e diferenças entre as experiências de empoderamento legal no contexto brasileiro. Os materiais compõem um documento rico, que fornece um panorama das principais iniciativas no campo de formação de Promotoras Legais Populares no Brasil. Além disso, o instrumento foi adaptado para incorporar os desafios e as estratégias que cada organização vem implementando no período da pandemia do novo coronavírus.

O texto de abertura é de Maria Amélia de Almeida Teles, da União de Mulheres de São Paulo, uma das importantes referências no campo da formação de Promotoras Legais Populares. O texto aborda os impactos da pandemia do novo Coronavírus na vida das Promotoras Legais Populares no estado de São Paulo, apresentando as estratégias encontradas pelo grupo para manterem o trabalho ativista e de apoio a outras mulheres.

A história de consolidação do programa de empoderamento legal da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, construído a partir de experiências de capacitação legal popular da América Latina na década de 90, é apresentada no segundo texto desta publicação. A metodologia Themis de acesso à justiça veio a tornar-se uma política pública não estatal semeada em mais de 11 estados brasileiros e 14 municípios gaúchos. O texto seguinte apresenta outra experiência desenvolvida no sul do país, na cidade de São Leopoldo pelo Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria – CECA que, em seus 22 anos de existência, realizou 12 Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares, capacitando mais de 300 mulheres.

A seguir, é apresentada a experiência de formação de juristas populares realizada pela Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves no estado da Paraíba. Inspirado na experiência de formação de Promotoras Legais Populares da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e de Juristas Leigos da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR da Bahia, a primeira turma foi realizada em 1999 com a participação de lideranças das cidades de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita.

O Grupo Mulher Maravilha, com sede em Recife, apresenta em seu texto a experiência de formação de Promotoras Legais Populares e dos laços estabelecidos com outras experiências, como da União de Mulheres e São Paulo e da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. O Grupo, criado em 1975, com o objetivo de promover os direitos humanos desde numa perspectiva de gênero, raça e etnia. O primeiro Curso promovido foi em 2005, enquanto uma estratégia para enfrentar a violência doméstica na região. A metodologia do curso engloba debates amplos, abordando questões de cidadania e direitos humanos, linguagem, racismo, direito do trabalho entre outros. O grupo observou que, após a formação, as PLPs prosseguiram em sua militância de maneira mais qualificada e diferenciada, o que demonstra um impacto muito positivo.

Os três últimos textos apresentam experiências de formação de Promotoras Legais Populares a partir da articulação com Universidades, sendo o desenvolvido pela Universidade de Brasília o mais antigo deles, tendo formado sua primeira turma em 2005. Já experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentada por Cristiane Brandão, Mariana Trotta Dallalana Quintans e Mariana Assis, teve início em 2016 e já formou mais de 300 mulheres em sete turmas.

Encerrando os relatos de experiências, Danielle Araújo relata sobre a formação de Promotoras Legais Populares na cidade de Foz do Iguaçu, a partir da iniciativa de lideranças comunitárias e docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. A primeira turma do curso de formou-se no final de 2019, tendo como base a integração entre as fronteiras.

O último texto deste material apresenta uma breve síntese do Workshop "Promotoras Legais Populares: desafios de agora e no pós-pandemia entre teoria e prática". O mapa produzido a partir das reflexões das participantes a cerca das ameaças, os desafios e as possibilidades para o campo do empoderamento jurídico feminista no Brasil, aponta para uma ampla agenda de trabalho. Revela a importância, em especial no atual momento de crise, da união de forças e da atuação conjunta para mitigar seus efeitos e enfrentar o futuro.

relatos de
EXPERIÊNCIAS

Os impactos da pandemia

Covid 19

E AS PROMOTORAS LEGAIS POPULARES
da União de Mulheres de São Paulo

Maria Amélia de Almeida Teles



I. Introdução:

A pandemia da Covid-19 atinge o mundo. Não de forma igual. No Brasil, o vírus tem se alastrado exponencialmente, o que traz, a cada dia, o aumento de pessoas contaminadas e de óbitos. O Brasil é o país no mundo com mais médicos mortos pelo covid-19 e ocupa o 4º lugar em óbitos.

Não há disposição política de enfrentar a situação que se agrava devido à crise econômica, desemprego e conflitos institucionais criados pela Presidência da República. Há falta de ações unificadas, planejadas, condizentes com as orientações da OMS. As medidas emergenciais são efetivadas de maneira lenta enquanto é veloz o crescimento dos problemas sociais e sanitários. A população convive com desigualdades sociais estruturantes que se acirram cada vez mais. As condições sociais, econômicas e políticas, para a grande maioria, não favorecem a efetivação do isolamento social, na proporção necessária (70%). As desigualdades étnicas, raciais e de gênero se aguçam.

À população periférica é oferecido o sistema de saúde precarizado, desfalcado de profissionais, sem equipamentos individuais de proteção, sem leitos e UTIs em condições de absorver a demanda. Na população negra periférica e demais segmentos oprimidos se encontram a maioria das vítimas.

As mulheres têm enfrentado dificuldades ainda maiores. Os cuidados, a higienização e demais tarefas domésticas são uma exigência frequente, diária, realizados quase que,



exclusivamente, pelas mulheres. Estas demandas têm aumentado. Por isso são as mulheres que têm tido maior sobrecarga de trabalho e, ainda são alvo da violência doméstica, que tem crescido no período de isolamento social. Com este quadro da violência, aumentam os casos de feminicídio.

O espaço da casa, há muito denunciado por todas nós, como um local perigoso e violento para as mulheres, agrava-se. Com o isolamento social vive-se por mais tempo com o agressor, em situações bem piores, o que aumenta os riscos.

2. Impacto nas Promotoras Legais Populares . PLPs

Os impactos que afetam as mulheres, em geral, repercutem nas PLPs. Nossa trabalho, articulado com diversos grupos de mulheres, organizações feministas e grupos de Universidades Públicas (Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e região do ABC) se estende por mais de 30 municípios localizados na região metropolitana, interior e litoral.

As PLPs participam, com bastante frequência de encontros presenciais, conforme programações locais, regionais e estaduais, para mobilizações de rua, com o objetivo de exigir políticas públicas e sua efetivação. Suas atividades são diversas, fazem orientação às mulheres, acompanham as que têm mais dificuldades de chegar aos serviços, realizam rodas de conversa, seminários, oficinas, debates e intervenções políticas para conquistar serviços e sua ampliação.

Com o avanço da pandemia, houve uma mudança radical na atuação delas. Agora, a orientação é que as PLPs fiquem em casa. Uma transformação enorme na dinâmica de suas vidas, no seu modo de atuação e de convivência. Estamos nestes quase três meses de isolamento social, aprendendo, com esforço e paciência, a atuar de uma forma contrária ao que fazíamos até então. A nossa principal bandeira é o enfrentamento da violência contra as mulheres ou violência de gênero. Mas nossa atuação, na prática, se estende na defesa de todos direitos e cidadania das mulheres.

As PLPs da capital (o epicentro da pandemia) atuam e moram em diversas regiões de São Paulo inclusive na região metropolitana. São regiões muito afetadas pela pandemia. É uma convivência diária no enfrentamento da doença. Algumas tiveram a COVID-19 ou têm seus familiares afetados pela doença. Algumas convivem com a morte de gente muito próxima, como seus pais, irmãos e outros parentes, e ainda, têm vizinhos afetados pela doença. Uma PLP de Santo André, de uma comunidade no bairro próximo à Capuava, morreu pela COVID-19: Claudete Silva, negra, 49 anos de idade. Perdemos também, em São Paulo, uma militante histórica do movimento feminista, Jusinete, 66 anos, negra, fundadora da Casa da Mulher do Grajaú (SP), lutadora incansável pela democracia e fundadora do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

As PLPs devem, na medida do possível, denunciar a violência em si própria ou a violência contra outras companheiras. As PLPs orientam as mulheres a buscarem os serviços de atendimento, a defenderem seus direitos, a irem às ruas, reivindicar políticas públicas, exigir direitos que lhes são sequestrados com frequência. Os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência foram considerados essenciais, em São Paulo, durante a



quarentena. Por isso, encontram-se, na maioria das vezes, abertos, em períodos mais curtos e com pessoal reduzido. Muitos destes serviços atendem on-line ou deveriam fazê-lo. Há dificuldades no atendimento. Às vezes, não se consegue fazer o contato on-line, devido a fatores diversos.

Muitas mulheres que precisam fazer um contato de emergência, não têm crédito no celular ou o agressor toma seu celular e chega até a quebrá-lo.

No momento, muitas PLPs perderam o emprego antes ou mesmo durante a pandemia. Não conseguiram outro, até o momento, o que as deixa depressivas, sem ânimo para encarar a vida. Algumas conseguiram com dificuldade obter o seguro desemprego. Outras conseguiram o auxílio emergencial.

A coordenação dos trabalhos, um conjunto de PLPs, tão logo foi decretada a quarentena, suspendeu as atividades presenciais, inclusive o curso (ou encontros semanais temáticos), que ocorre anualmente, desde 1994. Naquele ano, foi feito um seminário nacional, sob o título: “Introdução ao Projeto de Promotoras Legais Populares”, com a duração de uma semana, com o apoio da Themis. Contou com 35 participantes, vindas de diversas organizações feministas, de vários estados.

A partir de então, realizamos, regularmente e ininterruptamente, os cursos anuais. Neste ano, de 2020, chegamos a formar o 26º Curso. Tivemos dois encontros presenciais, nos dias 07 e 14 de março.

Estão suspensos os encontros presenciais, regionais e estaduais, nos seus diversos formatos: reuniões, rodas de conversa, seminários, debates e intervenções. Tais atividades servem para articulação política, troca de experiências, formulação de propostas de continuidade e, principalmente, fortalecer nosso movimento. Tivemos como proposta introduzir a questão do tráfico de mulheres e meninas com o fim de conhecer a Lei 13.344/2016, que ficou desconhecida por ter sido aprovada no processo de graves retrocessos políticos no país.

No começo da quarentena, achávamos que haveríamos de suspender as atividades por um tempo curto. Mas agora aprendemos que vai ser por um tempo prolongado. As inscritas para este ano, no 26º Curso, terão suas vagas reservadas para o próximo ano. Quanto à necessidade dos encontros, temos feito “lives” quinzenalmente. A proposta não é substituir as “lives” pelo curso, mas sim, criar espaços, ainda que virtual, para um bate papo com elas.

Mudanças na comunicação:

Com a nova situação, tivemos que reaprender a nos comunicar de novas formas. Sem conhecimento tecnológico suficiente, hoje fazemos “lives”, videoconferências, etc.

Buscamos constantemente informações (científicas) sobre a COVID-19, e as formas de prevenção. Aprendemos a fazer e usar máscaras, a lavar as mãos e as maneiras mais seguras de higienizar-se e também higienizar a casa. Fazemos a campanha “fique em casa sem violência”, com as demais organizações feministas. Gravamos podcast's e vídeos para fortalecer a campanha. Usamos celulares para passar informações mais urgentes.

Conseguimos realizar encontros virtuais, com conversas de duração de até 2 horas, de maneira mais regular. O que nos faz sentirmos mais seguras e pertencentes ao movimento de PLPs.

Em meados de abril, começamos a reorganizar reuniões virtuais da coordenação de São Paulo.

Retomamos o Grupo de Estudos Feministas “Heleieth Saffioti”, formamos duas turmas, com reuniões mensais, para leitura do livro: ”Gênero, Patriarcado, Violência”.

Na mesma ocasião, outro acontecimento importante foi o convite da Themis para uma parceria para recarga de celulares para 110 PLPs, o que animou bastante o movimento. Antes, a Themis nos convidou para o WorkShop, o que deve contribuir no avanço da articulação de PLPs.

A proposta das PLPs do DF de criar uma rede nacional de PLPs, nosso sonho antigo, trouxe novas perspectivas e possibilidades de inovar e multiplicar nossas ações.

Outras iniciativas das PLPs dão andamento às articulações e novas possibilidades de intervenções locais: fazer máscaras e distribuí-las gratuitamente (Mauá). Organizar formas de distribuir algumas cestas básicas (centro e zona leste).

Outras PLPs orientam mulheres em situação de violência e como se cadastrarem para receber o auxílio de emergência, via celular.



Conclusões:

A população brasileira vive um momento de caos devido aos problemas políticos institucionais que criam a insegurança política, pelo menos há quase dois anos.

A pandemia e seu avanço rápido, no Brasil, nos colocou de frente com os problemas estruturais históricos, como o racismo, o sexism e as desigualdades sociais. As políticas sociais relativas à saúde e à educação, dois polos fundamentais para prevenir e erradicar a pandemia, merecem atenção especial da sociedade.

O governo federal se mostra incapaz de enfrentar a pandemia e procura desviar a atenção da opinião pública criando crises institucionais cotidianamente.

As PLPs devem contribuir com os esforços de diversos setores de profissionais (saúde, educação, assistência social, entre outros) para que haja uma frente de forças políticas para defesa da vida e da democracia.

Formação

DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES
da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos



Introdução e Histórico

A Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos foi criada em 8 de março de 1993 com o objetivo de enfrentar a discriminação contra as mulheres no sistema de justiça. Construída nos marcos do fim da ditadura militar no Brasil, a Themis se consolidou como uma organização feminista comprometida com acesso à justiça, com o fortalecimento das instituições e com a redemocratização do país. Para tanto, investiu no empoderamento legal de lideranças comunitárias, através do programa de Formação de Promotoras Legais Populares e algum tempo depois criou o programa #DomésticaComDireitos (focado na formação jurídico feminista de trabalhadoras domésticas). Também dedicou-se à defesa de direitos das mulheres e avançou para área das novas tecnologias.

Atualmente se organiza em programas sob três eixos: empoderamento legal; defesa de direitos e tecnologia e justiça. No campo do empoderamento legal, a Themis mantém o programa com formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), Jovens Multiplicadoras de Cidadania (JMCs) e Trabalhadoras Domésticas (TDs). Acreditando que conhecer seus direitos é um passo fundamental para o acesso à justiça, desenvolve capacitação em direitos para mulheres, lideranças em suas comunidades, através de cursos regulares, oficinas, acolhimento e troca de experiências que resultam em ações de orientação e

Introdução e Histórico

A Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos foi criada em 8 de março de 1993 com o objetivo de enfrentar a discriminação contra as mulheres no sistema de justiça. Construída nos marcos do fim da ditadura militar no Brasil, a Themis se consolidou como uma organização feminista comprometida com acesso à justiça, com o fortalecimento das instituições e com a redemocratização do país. Para tanto, investiu no empoderamento legal de lideranças comunitárias, através do programa de Formação de Promotoras Legais Populares e algum tempo depois criou o programa #DomésticaComDireitos (focado na formação jurídico feminista de trabalhadoras domésticas). Também dedicou-se à defesa de direitos das mulheres e avançou para área das novas tecnologias.

Atualmente se organiza em programas sob três eixos: empoderamento legal; defesa de direitos e tecnologia e justiça. No campo do empoderamento legal, a Themis mantém o programa com formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), Jovens Multiplicadoras de Cidadania (JMCs) e Trabalhadoras Domésticas (TDs). Acreditando que conhecer seus direitos é um passo fundamental para o acesso à justiça, desenvolve capacitação em direitos para mulheres, lideranças em suas comunidades, através de cursos regulares, oficinas, acolhimento e troca de experiências que resultam em ações de orientação e



APP LAUDELINA

informação sobre direitos. A estratégia está alicerçada na certeza de que dessa forma é possível estabelecer uma nova concepção de justiça, para além dos sistemas oficiais, tornando o conhecimento legal uma ferramenta estratégica na construção de novos paradigmas de distribuições de direitos e justiça.

O acesso à justiça é direito humano fundamental, mas sabemos que mulheres, negros e negras, povos indígenas, pessoas com baixa renda, jovens de periferia, enfrentam dificuldades para efetivar seus direitos. A justiça tem sido seletiva e discriminatória. Para enfrentar a distância entre a vida real de milhões de brasileiras e brasileiros e os sistemas burocráticos judiciais, a Themis, promove diálogos com integrantes do Poder Judiciário através de debates públicos, palestras e conferências, seminários e cursos para repensar práticas e políticas judiciais. Os resultados desses diálogos são publicados em artigos, livros e uma revista anual. Também atua em casos de litígio estratégico. Tais ações estão inscritas no programa de defesa de direitos.

O desenvolvimento de novas tecnologias digitais tem impactado também os sistemas judiciais e as conexões em redes sociais podem ser novos instrumentos de acesso à justiça para as mulheres. Assim, no último período, a organização vem explorando, inovando e desenvolvendo novas ferramentas de conhecimento de direitos através do uso democrático de tecnologias digitais. Em parceria com o Geledés, Instituto da Mulher Negra e FENATRAD - Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, mantém, respectivamente, o PLP 2.0, o Juntas e o Laudelina, três App's de direitos e acesso à justiça.

Frente ao novo contexto da região, de avanço de governos autoritários e de extrema direita, que levaram ao recrudescimento da violência policial, a criminalização dos movimentos sociais e ao acréscimo do número de defensoras de direitos humanos ameaçadas, perseguidas e mortas, a Themis buscou repensar suas abordagens e reforçar o cuidado e a segurança das mulheres que lutam pela igualdade de gênero. Para tanto, uniu-se a organização de mulheres negras Criola, em 2018, para buscar a consolidação de uma rede de suporte para defensoras de direitos humanos, internalizando o tema da segurança e o cuidado junto à organização. A ampliação deste olhar orientou a elaboração de estratégias de segurança e cuidado ativista, voltadas às Promotoras Legais Populares e às trabalhadoras domésticas, público com o qual a instituição trabalha em seus programas e projetos. Por fim, reforçou a importância da atuação em coalizão e da necessidade de incorporação de planos de segurança e de cuidado ativista pelas organizações do campo feminista e de defesa de direitos.

Mais recentemente, a chegada da pandemia do novo coronavírus atingiu fortemente as mulheres que estão na linha de frente dos cuidados em saúde, aprofundando a precarização de suas vidas com a falta de trabalho, perda de direitos e pauperização. O contexto ainda é mais cruel com as mulheres, visto que são expostas às violências em suas casas, sem acesso adequado a redes de apoio pessoal e estatal. Para enfrentar este momento foi estruturado um programa de apoio, em caráter emergencial para trabalhadoras domésticas, mulheres em situação de violência e para Promotoras Legais Populares.

A iniciativa atua na garantia dos direitos à alimentação, ao acesso à informação e à internet, à saúde e ao bem-estar. Para tanto, formou uma estratégia de mapeamento das

necessidades das Promotoras Legais Populares, definiu diretrizes para sua atuação de forma segura, suspendendo atividades presenciais e ampliou a atenção às mulheres em situação de violência, através de parcerias com instituições para recebimento e encaminhamentos de casos através das Promotoras Legais Populares.

O fortalecimento das PLPS tem se dado, assim como com as trabalhadoras domésticas, através da compreensão de que elas não estão sozinhas neste momento difícil, sendo que a entrega de cestas básicas para aquelas que se encontram em maior vulnerabilidade social é apenas parte deste processo de coletividade. Foi realizada, ainda, uma parceria com a Clínica Feminista Interseccional, uma rede de saúde mental, através da qual estão sendo criados grupos de apoio mútuo online para as PLPs, sendo um espaço de acolhida, troca de experiências e apoio emocional. Os grupos buscam também desenvolver, entre as participantes, solidariedade, autoconfiança, autoestima e esperança na vida, além de ser um lugar para trocar estratégias produtoras de saúde e superação do sentimento de solidão. Para que possam participar destes grupos e manterem-se conectadas entre si e com a organização, a Themis tem oferecido recarga de celular para as que necessitam, fomentando, assim, a participação e o contato humano entre elas e o mundo.

No campo da atenção à violência contra as mulheres, a Themis ampliou sua atuação no período da pandemia articulando ações piloto de escuta e orientações sobre a rede de atendimento nas regiões da Lomba do Pinheiro e Restinga, em Porto Alegre, organizando linhas de telefone para atendimento de forma remota pelas Promotoras Legais Populares. Outra importante ação se dá na cidade de Canoas, de acompanhamento de mulheres com medidas protetivas de urgência. Para tanto, firmou

acordo de cooperação com o poder judiciário através do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Canoas (JVDFCM), o qual encaminha os casos a Themis, que distribui para as Promotoras Legais Populares cadastradas no projeto, conforme local de moradia das mulheres.

Todos os contatos são registrados e repassados para a Assessoria da Themis para a produção de relatórios a serem encaminhados ao JVDFCM. A PLP e a mulher em situação de violência, ainda, baixam o aplicativo Juntas e a mulher adiciona a PLP como uma de suas protetoras. O objetivo do app é propiciar à mulher uma rede pessoal de proteção, sendo possível adicionar até três protetoras ou protetores. Quando a mulher ativa o botão de pânico, toca uma sirene no telefone das protetoras e protetores, alertando que ela precisa de ajuda e assim poderão encontrar sua localização através do GPS.

Metodologia Themis de Acesso à Justiça

A formação de Promotoras Legais Populares foi desenhada com base em experiências no campo de capacitação legal popular da América Latina, as quais as mulheres que fundaram a Themis conheceram em um Seminário Regional promovido pelo Comitê Latino Americano e do Caribe de Defesa dos Direitos das Mulheres - Cladem em 1992. Junto com elas, estiveram presentes no encontro outras importantes ativistas brasileiras, que foram responsáveis por implementar programas de empoderamento legal também na década de 90. A primeira turma de Promotoras Legais Populares no Brasil foi anunciada em Porto Alegre, na zona leste da cidade, em uma das reuniões do Orçamento Participativo (OP) da região, programa do governo da época, que reunia, em plenárias, lideranças para discutir e aprovar prioridades para o orçamento.

A construção da metodologia contou com a assessoria do GEEMPA - Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação, com larga experiência na criação didática e metodológica de ensino popular. Alguns elementos da teoria de sala de aula (grupos áulicos, atividades culturais, lanches pedagógicos, oficinas de participação) e da ética geempiana (todas podem aprender) são incorporados na experiência da Themis. Trata-se de uma educação libertária e popular, em que se pretende aprender sempre e com todas as diferentes formas de compreensão e significação de conteúdo. Uma formulação embasada em uma postura dialógica, na busca de uma relativização dos universos simbólicos diferenciados. A efetiva troca de experiências entre os grupos (cursistas, equipe, facilitadores e facilitadoras) é um elemento fundamental da maneira pela qual o curso é executado, em que todas e todos são sujeitos sociais construtores do aprendizado. Busca-se contribuir para a formação da autonomia das participantes.

A experiência ganhou o mundo, em especial com a difusão dos materiais produzidos pela organização e do assessoramento de outras organizações para a aplicação da metodologia, tendo o trabalho recebido inúmeras premiações como o Prêmio Nacional de Direitos Humanos (1996); Prêmio Líderes de Vencedores da Federasul (1997); Prêmio de Direitos Humanos da Fundação Mauricio Sirotsky Sobrinho da ALERGS e UNESCO (1999); Prêmio Ideia Inovadora Fundação Ashoka e MCkinsey (2000); Prêmio de Direitos Humanos da USP (2000); Prêmio Cidadania e Direitos Humanos Herbet de Souza, da Câmara Municipal de Porto Alegre (2003); Prêmio Novas Tecnologias Sociais junto ao Banco do Brasil devido a Metodologia Themis de Acesso à Justiça (2005); Medalha Cidade de Porto Alegre, concedida pela Prefeitura de Porto Alegre, em reconhecimento pela contribuição da

Themis para a história da cidade (2014) e; em 2018 o Curso de formação de Promotoras Legais Populares de Canoas foi finalista da 9ª edição do “Programa de reconhecimento da Uniritter” na categoria de “Qualidade acadêmica”, entre outros.

A metodologia Themis de acesso à justiça veio a tornar-se uma política pública não estatal semeada em mais de 11 estados brasileiros e 14 municípios gaúchos. Trata-se de um empreendimento que envolve pessoas em redes de solidariedade e ação: mulheres líderes comunitárias, profissionais do campo da saúde, assistência social e direito, entidades da sociedade civil, poder judiciário, legislativo e executivo. Articula diferentes campos, tais como gênero e justiça, educação e mudança cultural, cidadania e igualdade, participação e desenvolvimento social.

Em nosso trabalho, percebemos que a educação jurídica, feminista interseccional e popular possui duas principais consequências: o fortalecimento subjetivo/interno, como processo de adesão ao feminismo e o desenvolvimento pessoal e objetivo, em relação ao conhecimento aprendido, de lideranças locais. Um desdobramento do fortalecimento é a multiplicação das informações recebidas para outras mulheres de suas comunidades. A multiplicação de conhecimentos e sua formação para ações concretas de enfrentamento à violência tornam-se mais efetivas no momento em que é possível contar com espaços de referência e de encontro das PLPs, para troca de saberes, atendimento, encaminhamento e acompanhamento de casos.



A seguir apresenta-se de forma mais detalhada os Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares, desde a seleção das participantes, as articulações locais para realização do curso e sua didática, além das estratégias de sustentabilidade, sua avaliação, e como se tem investido no fortalecimento do trabalho e da atuação das Promotoras Legais Populares.

Seleção das participantes e articulações locais para realização dos cursos

Alguns meses antes do início do curso faz-se uma divulgação em conselhos tutelares, associações de moradores, postos de saúde e creches comunitárias, ou seja, entidades onde há mulheres que trabalham em organizações de cunho social, político e comunitário. As inscrições também são divulgadas na mídia local e nos meios de comunicação institucionais da Themis. As aulas são realizadas em um espaço de fácil acesso na região de moradia das participantes do curso.

A seleção é realizada pela Coordenação Pedagógica do Curso e são definidos critérios de: a) ser maior de 18 anos e saber ler e escrever; b) pertencer à determinada região de moradia; c) não ter tido acesso à educação universitária; d) atuar ou ter perfil de atuação comunitária; priorizando a seleção de mulheres negras, lésbicas e bissexuais, trabalhadoras domésticas (alguns cursos específicos para esta categoria), entre outros marcadores não hegemônicos.



Método Pedagógico/didática e conteúdo

Os cursos são ministrados por especialistas de diversas áreas do conhecimento, que emprestam suas habilidades e competências em encontros que privilegiam a interação, o diálogo e a troca de experiências entre facilitadoras, facilitadores e cursistas. Ganham os especialistas e as especialistas, que experimentam romper com a tradição de isolamento e pasteurização do cotidiano, das metas de eficiência na prestação jurisdicional, de solução de conflitos. Ganham também as mulheres que, no contato direto com outros agentes sociais, ampliam sua capacidade de intervenção em sua realidade próxima, nas relações interpessoais, familiares e comunitárias. A coordenação pedagógica é compartilhada com uma assessora técnica da Themis, uma PLP e/ou uma ou mais instituições parceiras da formação.

O fundamental princípio didático-pedagógico constitutivo da metodologia de formação de Promotoras Legais Populares é a integração, em cada etapa do processo de aprendizagem, do “saber fazer” ao “saber por quê”. Parte-se da ênfase aos saberes que resultam de experiências práticas, que marcam subjetivamente cada indivíduo. Destaca-se, também, a articulação entre as categorias de gênero, raça e classe, como importantes formas de dar significado às relações de poder na nossa sociedade. Estes elementos constitutivos da metodologia perpassam as suas diferentes etapas.

Os temas abordados no Curso de Formação são: História e Contexto do Feminismo no Brasil, Direitos Humanos das Mulheres; Organização do Estado; com enfoque nos desafios democráticos; Lei Maria da Penha e rede de enfrentamento à violência contra as mulheres; Lei do Feminicídio; Economia do Cuidado e Trabalho Doméstico; Assédio sexual e moral no trabalho; Saúde das Mulheres e direitos sexuais e direitos reprodutivos; Direito das Crianças e dos Adolescentes, Estatuto das pessoas com deficiência e das pessoas idosas; Atuação comunitária e experiências de empoderamento legal e plano de atuação; e outros assuntos conforme realidade das regiões de atuação das participantes.

Os encontros ocorrem normalmente de forma semanal, aos finais de semana, dependendo do perfil das mulheres selecionadas. Há a definição no primeiro encontro sobre os lanches, priorizando a organização coletiva e garantindo apoio para quem não tem condições de contribuir. Também é coletiva a organização da Formatura, bem como a construção e definição de um plano de atuação pós-encerramento do curso.

Há também a utilização de materiais audiovisuais, distribuição de cartilhas, legislações e materiais informativos sobre os conteúdos dos encontros, realização de trabalhos em grupo e tarefas coletivas e/ou individuais para realização ao longo da semana. O calendário inclui, ainda, visitas institucionais aos serviços da rede de atendimento, como o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros. Vivências práticas, como júris simulados ou audiências, estudos de casos concretos também são algumas das estratégias utilizadas visando uma aproximação com os rituais e procedimentos do judiciário.



Estratégias de sustentabilidade

Os cursos contam com uma coordenação pedagógica, em regra remunerada, além de pagamento de custos de transporte das cursistas, criação e impressão de materiais de divulgação, entre outros. A manutenção dos custos básicos da instituição é garantida, prioritariamente, por meio da submissão de projetos a agências de financiamento (nacionais e internacionais) e/ou de cooperação internacional, órgãos públicos e fundações.

É de suma importância, também, a parceria com instituições, seja para a cedência de salas, material audiovisual, realização da cerimônia de formatura, entre outras possibilidades. No entanto, pode-se afirmar que a sustentabilidade do programa se ancora prioritariamente no trabalho voluntário das Promotoras Legais Populares, das facilitadoras e facilitadores que participam do Curso, bem como das parceiras e parceiros que mantêm sua firme aliança com as PLPs no desenvolvimento de seus trabalhos comunitários após a formação.

No momento atual as formações presenciais estão suspensas, por conta da pandemia. Cabe salientar que a Themis vem trabalhando na estruturação de uma metodologia de formação virtual, através da contratação de uma consultoria especializada na área, que desenhará capacitações na área de empoderamento legal a serem realizadas através de plataforma educacional, sendo que o primeiro curso pserá ofertado para trabalhadoras domésticas.

Para dar sustentabilidade às ações de defesa de direitos durante a pandemia, a Themis criou Fundo SIM (Serviço de Informação à Mulher). Pensado inicialmente para atenção aos serviços nas comunidades, neste momento de pandemia se destinará a apoiar trabalhadoras domésticas e PLPs para o enfrentamento da crise com dignidade e segurança, além de atender as mulheres acompanhadas pela Instituição. O Fundo SIM também auxiliará na estruturação do trabalho das PLPs, para que elas tenham meios de seguir com seu ativismo e de construir ações mais amplas de apoio às mulheres, especialmente às que estão em situação de violência.

Formas de continuidade da atuação das PLPs

A atuação das PLPs se concentra, porém, não se limita a assistência a mulheres em situação de violência doméstica, sexual e intrafamiliar; no trabalho comunitário de prevenção, promoção e defesa de direitos; na articulação de espaço de atendimento - Serviço de Informações à Mulher; na organização de atividades conforme calendário feminista; e na participação em espaços de representação comunitária - Conselhos e redes locais.

Quanto ao acompanhamento do trabalho das PLPs pela organização, cabe salientar que a Themis desenvolveu uma relação orgânica com as PLPs formadas em Porto Alegre e região metropolitana, sendo previsto inclusive em seu estatuto que uma das pessoas do Conselho Diretor deve ser uma PLP eleita entre seus pares. Assim, as PLPs, ainda que não associadas à

organização, tem assento no Conselho e podem opinar e auxiliar na direção dos rumos da instituição. Diversas PLPs são associadas à organização, podendo participar do Conselho Diretor e Fiscal como membros eleitos em Assembleia Geral.

Atualmente, quatro PLPs fazem parte do Conselho Diretor e Fiscal da Themis. Desde 2018, esta relação estreitou-se ainda mais com a reestruturação dos Serviços de Informação à Mulher, nos quais mulheres em situação de violência doméstica são acolhidas e atendidas pelas PLPs. A partir deste acolhimento, as PLPs podem encaminhar essas mulheres para a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, auxiliando-as a romper o ciclo de violência.

Avaliação de impacto e coleta de dados

Durante o curso, a avaliação é realizada ao final de cada encontro, de forma verbal ou escrita. Na continuidade do trabalho das PLPs, a avaliação do impacto da atuação é feito, principalmente, pela atuação destas nos SIMs, mediante entrega de relatórios e reuniões periódicas que relatam os casos atendidos e as ações planejadas e realizadas. Os encontros anuais, cursos de atualização e reuniões de planejamento, também se traduzem como instrumentos de avaliação e coleta de dados sobre a atuação das PLPs. Outras ferramentas como redes sociais, grupos de Whatsapp são outras estratégias às quais é possível manter a conexão com a atuação das Promotoras Legais Populares. O trabalho das PLPs já rendeu, também, pesquisas científicas, como a Dissertação apresentada ao Programa de Pós

Graduação em Antropologia Social da UFSC pela pesquisadora Aline de Lima Bonetti, denominada *Entre feministas e mulheristas: uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre/RS.*

De todo modo, nos parece necessário desenhar uma forma de avaliar o impacto dos cursos nas vidas dessas mulheres, não de uma forma a arbitrariamente quantificar o trabalho desenvolvido, senão qualitativamente mensurar o quanto os cursos de formação de Promotoras Legais Populares podem ajudar as cursistas e as mulheres próximas a elas a romperem ciclos de violência. Não raro algumas cursistas saem de relacionamentos abusivos após a conclusão do curso. Esse é um aspecto talvez ainda subanalizado, que demandaria maior atenção, até mesmo como hipótese de caminho possível para o enfrentamento da violência, se escalonado e disponibilizado para uma maior quantidade de mulheres.

Caminhos para a pós-pandemia

Enfrentar a violência contra a mulher tem sido um dos principais pilares da organização desde sua constituição. Ao longo dos anos, houve apostas de setores do movimento de mulheres na institucionalidade: regulamentação de legislação que abarcasse diferentes aspectos da violência doméstica e/ou familiar, instauração de políticas públicas que pudessem proteger as mulheres em situação de violência, instrumentalização de serviços públicos como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Percebe-se, no entanto, que é preciso ir além das esferas institucionais. Por essa razão, desde seus

primórdios, a Themis também apostou no debate e interlocução entre agentes comunitários e o setor judiciário, entre a academia e a população, entre o movimento de mulheres e o sistema internacional de Direitos Humanos.

A duração da pandemia de Coronavírus ainda é incerta, mas períodos alternando o distanciamento social e a quarentena pode durar até 2024. O melhor cenário é o distanciamento intermitente até meados de 2022. É necessário repensar as ações desenvolvidas até agora, a luz da nova realidade marcada pelo isolamento (ou retomada gradual das atividades), a ausência de políticas públicas para as mulheres e precarização da vida da população mais vulnerável. Agora é fundamental pensar em campanhas públicas, monitorando as ações dos governos e do judiciário, construir novas alternativas de profissionalização para as mulheres, incidir no reconhecimento, redução e redistribuição da sobrecarga de trabalho não remunerado doméstico e de cuidados, além de usar as tecnologias para ampliar a segurança e o acesso à justiça para as mulheres.

Por fim, é importante reconhecer que o governo brasileiro abandona gradualmente as políticas de atenção básica à população (SUS, SUAS, etc.) e ameaça instituições democráticas e a sociedade civil organizada. Além disso, tem aprofundado os fundamentos do racismo estrutural e incentivado o uso da violência estatal e pessoal. Esse cenário sinaliza o total desmantelamento de políticas públicas, sem perspectiva de retomada de ações para proteger mulheres, crianças, populações LGBTQIA+, negros, indígenas e outras populações vulneráveis do país. E frente a esta conjuntura, o fortalecimento das mulheres, em seus territórios e de suas atuações comunitárias será essencial.

Formação

DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

CECA - Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria

Graciela Patricia Cornaglia e Nivia Ivette Núñez de la Paz



I. Introdução e Histórico

O Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (CECA) é uma entidade da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de São Leopoldo (RS). Tem sua origem em 1973, marcado pelo contexto da Ditadura Militar. Ele se constituiu como um Centro de Formação de Agentes de Pastorais, gestado para ser o suporte, apoio e animador de movimentos populares, em especial das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Rio Grande do Sul.

Para tanto se apoiaria em dois pilares: evangelização e catequeses, ambos deveriam andar juntos e tinham como matriz teórica a metodologia da Educação Popular de Paulo Freire e a Teologia da Libertação. Através dos cursos oferecidos, muitas lideranças foram capacitadas para se opor à ditadura, criando espaços de resistência e transformação social.

O processo político foi mudando e o CECA se tornou uma referência para as Igrejas e para os movimentos sociais organizados. Apresentando-se como uma organização ecumênica voltada para a capacitação e assessoria com o objetivo de fortalecer a democracia. Tendo como missão a contribuição para a transformação social e para a construção de uma sociedade democrática, justa e participativa. Com o objetivo de desenvolver consciência crítica e mobilizar para o protagonismo social, o CECA atua nas áreas de Ecumenismo, Gênero e Direitos Humanos promovendo cursos e seminários com grupos, movimentos sociais, agentes de pastorais, educadores e educadoras populares.

Atualmente o CECA desenvolve os seguintes projetos:

- 1) Juventude tramando contra a violência de gênero, iniciado em 2007, por demanda da Secretaria Municipal de Educação e das PLPs, com o objetivo de: contribuir para a prevenção, conscientização e desnaturalização da violência de gênero, refletindo com a juventude das escolas sobre a necessidade e a possibilidade de se estabelecer novas relações pautadas no diálogo e no respeito mútuo.
- 2) Escola de Feminismo Marielle Franco: é um espaço contínuo de formação feminista acadêmica e militante. Dirigida especificamente para mulheres, tem como objetivo o estudo dos referenciais teóricos feministas no intuito de que eles possam tencionar o cotidiano, promover o diálogo e dar suporte à caminhada militante.
- 3) Escola de Cidadania Paulo Freire: é um espaço contínuo de formação cidadã, acadêmica e militante. Dirigida para um público amplo (educadores e educadoras, ativistas e militantes de organizações sindicais, movimentos sociais, partidos políticos, do serviço público e de ONGs). Pretende, através da reflexão e estudo dos referenciais teóricos e metodológicos da educação popular, ser o alicerce na nossa trajetória como pessoas comprometidas com a transformação social.

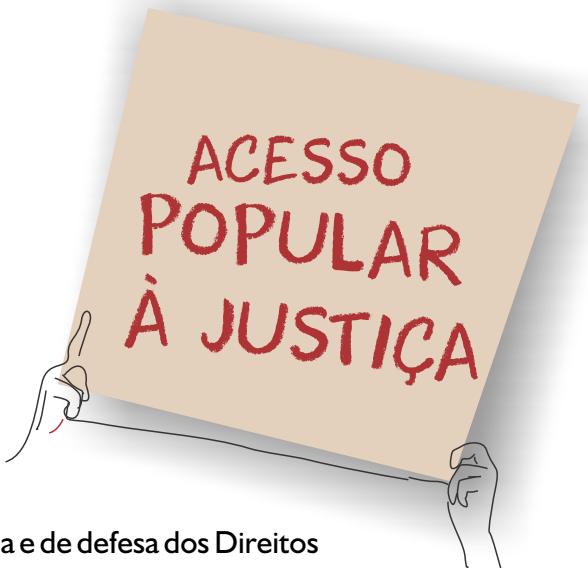
Projeto Acesso Popular à Justiça

Na década de 90, a instituição iniciou uma nova etapa, organizando-se em dois Programas: Fé e Cidadania e Solidariedade e Cidadania. O Programa Fé e Cidadania se constituiu em

um elo maior com as Igrejas e grupos religiosos que se envolvem com os temas relacionados à superação de todas as formas de exclusão e com os processos de transformação social e econômica. O Programa Solidariedade e Cidadania, por sua vez, exercia uma ação mais direta junto às comunidades locais e ao contexto social do Vale dos Sinos. Desenvolvia projetos sócio-culturais de capacitação com setores populares e visava melhorar suas condições de vida, bem como resgatar a dignidade humana e a cidadania, inserindo-os na luta pela defesa e ampliação dos seus direitos.

O envolvimento do CECA, nesta época, com as mulheres da periferia de São Leopoldo e também devido a situação de exploração e violência vivida por muitas mulheres e meninas gerou a necessidade incorporar novos referenciais e paradigmas na sua práxis, entre elas, a categoria de gênero. Como o CECA não tinha acúmulo teórico nesse campo procurou a aproximação com outras ONGs que tinham acúmulo histórico na temática em questão, especialmente com a Themis.

O movimento ecumênico popular fortaleceu-se, naquele momento, com a abordagem de gênero, o que originou o Projeto Acesso Popular à Justiça- APJ, através de uma consultoria da Themis e em 1998 se desenvolveu o 1º Curso de Formação de Promotoras Legais. Curso que capacita “agentes populares” em temas como direitos humanos e direitos das mulheres com uma carga horária total de 100 horas. As mulheres que realizam o curso de capacitação recebem o título de Promotoras Legais Populares - PLPs. Elas desenvolvem ações de escuta, apoio, acompanhamento, orientação e encaminhamento de mulheres em situação de violência e discriminação, além de denúncia e prevenção à violência, defesa da cidadania e luta pela implementação de políticas públicas de gênero.



ACESSO POPULAR À JUSTIÇA

O APJ tem os seguintes objetivos:

- Capacitar mulheres para ações de prevenção à violência e de defesa dos Direitos Humanos, em favor dos setores excluídos da população, especialmente mulheres e meninas;
- Fortalecer mulheres para que assumam seus projetos de vida;
- Qualificar suas intervenções em políticas públicas de gênero.

É importante destacar que o APJ e as PLPs atuaram ativamente para a criação do Fórum de Mulheres de São Leopoldo, além de cumprir um papel relevante no desenvolvimento e implementação das Políticas Públicas para as Mulheres no município como a mobilização das PLPs, pela criação da Casa de Acolhida para mulheres em situação de violência, que impulsionou a tramitação desse projeto junto ao governo municipal. As PLPs cumpriram um papel relevante junto a Coordenadoria Municipal da Mulher, do Conselho Municipal de Mulheres - COMDIM, da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência e do Centro de Referência Jacobina para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica (a equipe do CECA, junto as PLPs, realizaram a capacitação técnica da equipe do Centro Jacobina).

O APJ também realizou, em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres o Projeto Sensibilizar¹ e do Curso de Capacitação Regional de Agentes

¹Projeto realizado nos bairros da cidade de São Leopoldo, com assessoria das Promotoras Formadas pelo CECA. Para o Projeto foram elaborados dois cadernos didáticos, a saber: CORNAGLIA, Graciela Patrícia (Org.). Prevenção à violência contra as mulheres. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de São Leopoldo. Caderno I. São Leopoldo: CEBI, 2010; e CORNAGLIA, Graciela Patrícia; SANTOS, Karine (Orgs.). Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres. Caderno II. São Leopoldo: CEBI, 2010.

Públicos para Prevenção de Violência contra a Mulher.² Ao longo dos anos foram realizadas outras capacitações para o poder público municipal e para o governo estadual como: o Programa de capacitação de Gestores Públicos e Agentes Sociais, entre outros.

São Leopoldo, atualmente dispõe da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência doméstica e familiar, onde o judiciário e o ministério público atuam ativamente, com o Centro de Referência Jacobina, com a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres e recentemente depois de mais de 20 anos de luta do movimento de mulheres foi criada a Delegacia da Mulher. No entanto, após o Golpe de 2016, com o desmonte das Políticas Públicas para mulheres, tanto a rede de atendimento quanto a rede de enfrentamento do município tiveram uma notada desarticulação e isso refletiu na atuação dos diferentes serviços.

Projeto Acesso Popular à Justiça, em seus 22 anos de existência, realizou 12 Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares, capacitando mais de 300 mulheres. Como resultado desta caminhada, constatamos a consolidação de lideranças com engajamentos amplos e responsáveis: as PLPs estão no movimento de mulheres, no movimento negro, na coordenação do Fórum de Mulheres, nas associações de bairro, no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no Conselho Municipal de Entorpecentes, no Conselho Municipal de Promoção Racial, no Conselho Municipal de Meio Ambiente, no Conselho Municipal de

²Projeto executado por CECA e realizado pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres de São Leopoldo/RS em parceria com outros 11 municípios da região Vale dos Sinos. Contou com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal e capacitou 1.118 agentes públicos pertencentes às áreas de saúde, educação, segurança pública, assistência social e, também, líderes comunitárias da sociedade civil. Para ampliar: NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivalvette (Org.) *Da violência de gênero para relações humanizadas*. São Leopoldo: CEBI, 2010.



Assistência Social, no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, no Conselho Municipal de Saúde e de Direitos Humanos. São agentes de saúde, educadoras e coordenadoras em projetos sociais, atuam na academia, nas pastorais das igrejas e em muitos outros espaços de construção de cidadania.

2. Seleção das participantes e articulações locais para realização dos cursos

Enquanto articulações locais para a realização do curso, contamos com a parceria do movimento de mulheres, do movimento popular, das pastorais, das entidades da sociedade civil organizada, das universidades, das entidades membros da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar e de alguns Conselhos Municipais.

Dos 12 cursos de Formação de PLPs, 11 foram realizados no município de São Leopoldo e o último na cidade de Pelotas, para mulheres trabalhadoras rurais, provenientes da zona rural de Pelotas, Santa Cruz do Sul e da área de Verê no Paraná. Neste curso também participaram mulheres quilombolas, realizado em parceria com o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - CAPA e a Fundação Luterana de Diaconia - FLD.

Os critérios de seleção para as mulheres que realizam o curso são: lideranças comunitárias, maiores de 18 anos e alfabetizadas. As candidatas a fazer o curso geralmente são indicadas pelas PLPs, pelas entidades parceiras ou pelo movimento popular. Estas mulheres preenchem uma ficha de inscrição e a diretoria do CECA (que atualmente está integrada na totalidade por PLPs) é responsável pela seleção.

3. Método Pedagógico/didática e conteúdo

Conteúdo Programático do Curso

- Apresentação do Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria - CECA.

Introdução ao Projeto Acesso Popular à Justiça.

Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares.

Histórico. Objetivos. Metodologia.

- Feminismo. Movimento histórico, ético e político.
- Gênero: instrumento de análise. Relações de gênero. Sexo, raça/etnia e classe.
- Organização do Poder Judiciário. Ministério Público.
- Direitos Humanos e Direitos Humanos das Mulheres.
- Violência contra a Mulher: conceito. Tipos de violência. Ciclo da violência.

Estratégias de enfrentamento a violência contra as mulheres (trabalho em redes).

- Atendimento humanizado.
- Políticas Públicas para as Mulheres.
- Lei Maria da Penha. Lei do Feminicídio. Lei de Alienação Parental.
- Procedimentos realizados no encaminhamento de mulheres em situação de violência doméstica.
- Direitos Sexuais e Reprodutivos: planejamento familiar; prevenção (DST/HIV), estupro/abuso/assédio sexual/Aborto.
- Direitos das famílias.
- Saúde da mulher.
- Direitos das crianças e adolescentes (ECA).
- Resolução e transformação de conflitos.
- Diálogo Ecumênico e Inter-religioso.
- Visitas à Secretaria de Políticas para Mulheres, ao Centro de Referência, à Delegacia e ao Conselho Tutelar.

Todas as aulas são realizadas com assessoria especializada na temática a trabalhar. As assessoras e assessores trabalham com diferentes metodologias da educação popular, que incluem: aulas teóricas, trabalhos em grupo, filmes-debates, canto, teatro, análise de documentos, histórias de vida, visitas de campo, entre outras. As professoras e os professores são especialistas nas diferentes temáticas, são pessoas que conhecemos através da caminhada como entidade. Existe uma coordenação pedagógica do curso e se prioriza que esta seja também PLP com experiência pedagógica. O Curso de Formação de Promotoras Legais Populares busca fortalecer e instrumentalizar as mulheres para conquistarem sua autonomia.

Para que isto se concretize, é necessária uma proposta educativa respaldada em princípios democráticos, respeitando as diferentes formas de aprender, as diferenças de gênero e de etnia, sociais, religiosas, culturais e econômicas. As ações propostas no projeto fazem parte da metodologia da Teologia Feminista e da Educação Popular e baseiam-se na formação centrada nas mulheres e nas suas experiências. Permite que elas se apropriem do conhecimento, e confrontem esse conhecimento com suas leituras do mundo e da vida para então se sentirem desafiadas a estabelecer ações que possibilitem transformações sociais e das relações humanas.

4. Estratégias de sustentabilidade

O CECA, como muitas organizações da sociedade civil, perdeu, por problemas econômicos, grande parte da estrutura de trabalho. Não possuí mais planos trienais, nem a manutenção de folhas de pagamento para uma equipe de trabalho. No ano de 2015 a entidade fechou o



contrato com a única pessoa que mantinha contratada, pois se não tinha receitas, não podia ter despesas. Fechar o CECA chegou a ser cogitado pela diretoria anterior, mas uma história de décadas e o compromisso com a vida, principalmente, o enfrentamento às múltiplas formas de violência no cotidiano, fizeram com que Promotoras Legais Populares, passassem a fazer parte da diretoria e de forma voluntária mantivessem o funcionamento da entidade: o que significa manter vivo o Projeto de APJ.

A partir desse momento o CECA passou a captar recursos para Projetos específicos e a trabalhar da seguinte forma: captar recursos para a implementação de um determinado Projeto, contrata uma pessoa para coordenar, acompanhar a execução e elaborar o relatório; e nomeia duas integrantes da diretoria para monitorar e dar suporte. Desta forma o CECA tem funcionado nos últimos cinco anos. As escolas de Feminismo e Cidadania, também são acompanhadas pela diretoria (dividida em dois grupos de ação).

Não podemos falar que é o ideal, pois de novo “a tábua de salvação” vem das mulheres e de maneira voluntária. Sendo categóricas: “não há dinheiro, não há homens no comando”! Mas a vida das mulheres e os índices de feminicídio continuam colocando como urgência esse voluntariado. Resumindo: mais que Estratégias de Sustentabilidade, são Estratégias de Sobrevivência, de salvação, não de uma entidade e sim de pessoas concretas em cotidianos de morte.

5. Formas de continuidade da atuação das PLPs

O acompanhamento as PLPs e suas atividades se realizam de diversas maneiras.

Metodologicamente para atender melhor as necessidades do APJ e das PLPs, dividimos o trabalho em Formação, Representação e Atendimento. Na Formação além dos Cursos de Formação de Promotoras Legais Populares existem:

- As reuniões mensais que se realizam há 22 anos, sempre na primeira terça de cada mês.

Estas reuniões pretendem fortalecer o vínculo entre as PLPs e garantir um espaço de encontro, articulação, avaliação e planejamento das ações. Estas reuniões são coordenadas e articuladas pelas PLPs e a entidade.

- Cursos de aprofundamento: acontecem alternadamente ao ano que se realiza o Curso de Formação de PLPs e participam todas as Promotoras formadas que sejam atuantes. É um espaço de formação permanente para as mulheres que atuam como PLPs, a fim de garantir os conhecimentos adquiridos no curso e aprofundar as temáticas surgidas a partir de suas práticas. O tema deste curso é escolhido nas reuniões mensais, a organização do curso é de responsabilidade da entidade e de uma comissão formada pelas PLPs.

Enquanto as atividades de Representação significam a participação em diferentes espaços como seminários, cursos, conselhos, fóruns, palestras, entre outros. Nas reuniões mensais das PLPs, são apresentadas as diferentes demandas dos espaços de representação e são propostos os nomes de PLPs para participar de tais espaços. Também as que participam destas atividades relatam nas reuniões mensais sua participação, principais avanços e dificuldades encontradas.

Como mencionamos anteriormente, as PLPs tem um amplo engajamento tanto nos diferentes conselhos municipais como nas pastorais, ONGs/organizações da sociedade civil, grupos de mulheres, associações de moradores, entre outras. No atendimento elas realizam oficinas de prevenção à violência de gênero; atendimento individual às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, acompanhamento na hora de fazer o boletim de ocorrência, e, também, palestras a partir das demandas nos diferentes âmbitos onde atuam.

Necessita-se de um atenção maior a intensificação e a articulação com outros grupos de PLPs de RS, do país e de Latino-América. Até o momento só mantemos parceria de trabalho com a Themis e com as PLPs de Manaus, pela rede virtual (facebook).

6. Avaliação de impacto e coleta de dados

Sem dúvidas a implementação do Projeto APJ, tanto na formação quanto no seguimento, que desde 1998 tem feito impacto objetivo no município de São Leopoldo e a região do vale dos Sinos, entre outras, como já foi destacado anteriormente. Muitas das Promotoras formadas se encontram em outros estados da Federação executando trabalhos importantes e, sem dúvidas, o curso de PLPs marca até hoje sua trajetória (falamos sem eufemismo).

7. Considerações finais

Tomando como pano lilás de denuncia os crescentes casos de feminicídios (morte de mulheres pelo fato de serem mulheres, que não se esqueça!) e os cotidianos de sangue no Brasil, na América Latina, no mundo, onde meninas e mulheres “desaparecem”, são

estupradas e mortas diariamente, não temos como desconsiderar ou minimizar a importância dos Projetos de Formação de Promotoras Legais Populares, com suas diferentes metodologias executadas. Temos certeza que sem eles os números de morte, hoje, seriam ainda maiores.

Estatísticas são importantes, sempre, mas temos que cuidar com aquilo que a estatística esconde (aumento de denúncias = aumento da violência), há que aplicar outras variáveis na pesquisa para que os dados sejam um pouco mais reais. E, outra questão, com as estatísticas, faz vários anos que denunciamos a “quantificação exigida” pelas agencias de financiamento internacionais e nacionais, quantificação que engessa o projeto como um todo desde a captação de recursos, até a implementação. Isso também deve ser pauta de nossa agenda!

O Brasil até 2016, ano do Golpe, tinha uma estrutura de enfrentamento à violência contra as mulheres que compunham as redes de atendimento dos municípios, dos Estados e da Federação. Essas redes “ainda existem” (existem?). Há um desmantelamento total das Políticas Públicas para mulheres, o que tem trazido “que vibremos” com a luz de certas velas depois que tivemos por mais de uma década energia elétrica. O desmonte dessa estrutura em todos os níveis, também precisa formar parte de nossa agenda. Se Estados e governos se tornam incapazes de manter as conquistas das mulheres precisamos com urgência de outras estratégias.

8. COVID 19 e a atuação das PLPs

Como viemos acompanhando pelas pesquisas realizadas nos últimos meses, quando a pandemia da Covid-19 está cobrando vidas de maneira assustadora no Brasil, sem que o atual governo se importe e, principalmente, com o agir do presidente que de certa forma participa apoiando o genocídio que o vírus causa. Os índices de feminicídios e a violência contra as mulheres e meninas apontam a números alarmantes, sendo o Rio Grande do Sul um dos estados com maior registro (desde janeiro a maio de 2020, 36 mulheres foram vítimas de feminicídio, representando um aumento de 76,4 % se comparado com o mesmo período de 2019).

Especificamente no município de São Leopoldo dados da DEAM apontam uma redução de 40% nas denúncias de violências contra as mulheres nos meses de março e abril, o que não indica diminuição das violências praticadas e sim uma queda nas denúncias nesse tempo de isolamento pela pandemia. Muitos fatores incidem nessas estatísticas, principalmente a vulnerabilidade das mulheres que estão em casa, reclusas com seus agressores. Também, a impossibilidade de acesso a outras pessoas ou serviços que possam orientar, acompanhar, etc.

Neste tempo a ação das PLPs é de muita importância. A partir da experiência do nosso grupo podemos citar algumas delas: 1. o grupo de WhatsApp para manter a unidade e para partilhar/solucionar diferentes situações, mantendo sigilo com relação a nomes e lugares; 2. As PLPs tem espalhado folders, em espaços estratégicos como paradas de ônibus, tremsub e minimercados de bairros com números para denúncias (ex. 180 e o número de WhatsApp da Deam); 3. Acionar redes de enfrentamento, municipal ou regional; 4. Monitorar a rede de atendimento municipal e exigir ações articuladas entre as duas redes; 5. Denúncia, do aumento dos feminicídios e do desmonte das políticas públicas para mulheres no cenário Brasileiro, nas redes de enfrentamento internacional.

Referências

BEISE ULRICH, Claudete; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. *Christianity and Urbanism: The Ecumenical Training and Advisory Center Services and the Formation of the Popular Legal Agents*. In: *World Christianity, Urbanization and Identity*. Barreto; Moses and Kenneth (Orgs). Princeton: New Jersey, 2020.

CECA. *Projeto Acesso Popular a Justiça: Curso de Formação de Promotoras Legais Populares*. Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria. <https://cecadh.wordpress.com/>.

CORNAGLIA, Graciela Patrícia. *Projeto Acesso Popular a Justiça: onze anos de caminhada* págs. 16 e 17 in *Práticas e reflexão*. CECA em Revista. Ano IV, Nº 6. São Leopoldo.

CORNAGLIA, Graciela Patrícia. *Mulheres que (des)aprendem a serem mulheres na tradição católica* desconstruindo modelos de opressão através da formação das promotoras legais populares. *Dissertação de Mestrado*. Unisinos, 2007.

CORNAGLIA, Graciela Patrícia (Org.). *Prevenção à violência contra as mulheres. Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de São Leopoldo*. Caderno I. São Leopoldo: CEBI, 2010.

CORNAGLIA, Graciela Patrícia; SANTOS, Karine (Orgs.). *Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres*. Caderno II. São Leopoldo: CEBI, 2010

NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivialvette; GIERUS, Renate. *CECA e COMIN: A sociedade civil promovendo cidadania desde outras pedagogias*. *Reflexus: Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, v.10, p. 113-125, 2016.

NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. *Promover cidadania: questão pública da Teologia!* In: *Teologia Pública no Brasil e na África do Sul: um diálogo teológico-político*. Sinner, Rudolf von; Beise Ulrich, Claudete; Forster, Dion (Orgs.). Faculdades EST/Editora Sinodal: São Leopoldo, 2020.

Formação

DE JURISTAS POPULARES

da Fundação Margarida Alves



1 - Introdução e Histórico

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDH/MMA), é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, regida pela legislação aplicada às fundações. É juridicamente autônoma, resultado dos esforços e debates da equipe do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, do arcebispo Dom José Maria Pires e o Conselho Consultivo da Arquidiocese, tendo sido instituída em 08 de julho de 1994.

A Fundação tem como missão fortalecer e difundir uma cultura de respeito aos direitos humanos na perspectiva dos movimentos populares e da justiça social, sendo filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos desde a sua criação. A partir de sua instituição havia uma preocupação com a grande demanda de pessoas que recorriam à Fundação para receberem informações sobre direitos básicos de cidadania. Pensando em ampliar para as comunidades de baixa renda o conhecimento acerca desses direitos, foi implementada uma parceria com o Projeto Sal da Terra, que desenvolvia ações de alfabetização de pessoas adultas, para algumas aulas especiais acerca dos direitos básicos.

¹Margarida Maria Alves, nascida e criada em Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Lá, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Lutou pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra, suas principais metas eram o registro em carteira de trabalho, a jornada diária de trabalho de 8 horas, 13º salário, férias. Margarida foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983, quando um pistoleiro de aluguel disparou um tiro de escopeta calibre 12 em seu rosto, quando ela estava na frente de sua casa.

O crime teve repercussão internacional e o dia de seu assassinato, 12 de agosto, é conhecido como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária.

CIRANDA DE DIREITOS



Em paralelo a essa iniciativa experimental, iniciamos um diálogo com a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais – AATR, da Bahia, para conhecermos o projeto desenvolvido por eles, o Juristas Leigos. Foram muitas conversas, trocas e uma parceria muito proveitosa até elaborarmos a nossa própria proposta, do Curso de Formação de Juristas Populares. Também nos inspiramos no trabalho desenvolvido pela Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, com quem desenvolvemos algum diálogo.

Por fim, em 1999 a Fundação elaborou um projeto enviado à instituição de cooperação internacional *Bilance*, na Holanda, que rapidamente demonstrou interesse em estabelecer uma parceria para a realização do curso. Iniciamos nossa primeira turma no ano de 1999, com lideranças de diversos movimentos, sindicatos, Comunidades Eclesiais de Base - Cebs, Organizações não Governamentais e pastorais sociais, dos municípios de João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Essa primeira turma formou-se em dezembro de 2000.

Já se vão ao longo desse tempo muitas turmas do Curso de Formação de Juristas Populares, nesse ano de 2020 estamos em andamento com a 17ª turma. Muitas modificações e acréscimos foram feitos no curso, visando dar maior capacidade de leitura da realidade e de possibilidade de busca pela garantia dos direitos por parte dos Juristas e das Juristas Populares nas suas diversas lutas comunitárias e sindicais.

2 – Seleção dos e das participantes e articulações para a realização dos cursos

A primeira atividade do curso de Juristas Populares é pensar o Edital onde são descritos o período de inscrição, número de vagas, idade, a exigência para que o candidato não possua terceiro grau completo, mas seja alfabetizado². Além desses critérios, consta ainda a exigência de pertencer aos movimentos sociais/ grupos populares, sindicatos, grupos ligados a igrejas, independente de serem constituídos formalmente, devendo ser indicado duas pessoas por grupo.

Os critérios descritos acima também passaram por amplas discussões e modificações, permanecendo sempre critérios de participação em movimentos sociais e ser alfabetizado/a. O critério de idade foi estabelecido a partir de demandas de adolescentes para participarem do curso. Por não estarmos vinculados ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e, portanto, não aptos legalmente para desenvolver projetos e atividades com esse público específico, o critério de idade foi estabelecido de igual ou superior a 18 anos. Outro critério redefinido, posteriormente, foi o da escolaridade. Devido à grande demanda no número de inscrições e as poucas vagas ofertadas, é dada preferência àquelas pessoas com menor grau de escolaridade, visto que estas carecem de mais oportunidades de educação e acesso aos seus direitos.

²*Não podem se inscrever pessoas com nível superior completo nem que estejam cursando a graduação em Direito, pois o curso tem como objetivo dar oportunidade as pessoas que tiveram menos acesso à educação.*

O edital é divulgado amplamente no site e redes sociais da entidade, na imprensa e também é enviado para as entidades e movimentos sociais. Através da Ficha de Inscrição, é realizada a seleção de cursistas, levando em consideração se a liderança popular preencheu os critérios exigidos para frequentar a capacitação e, em seguida, o resultado é divulgado no site e redes sociais da entidade.

É importante destacar a iniciativa da Fundação em criar um edital para seleção de estagiários/as entre alunos/as dos cursos de Direito das universidades públicas e privadas da Paraíba. A Fundação mantém, desde o ano de 1999, um convênio com a Universidade Federal da Paraíba/UFPB, a Faculdade de Ensino Superior da Paraíba/Fesp e o Centro Universitário de João Pessoa/UNIPÊ com o intuito de sensibilizar estudantes sobre a temática dos Direitos Humanos e Cidadania, oferecendo uma formação mais plural para esses alunos/as. Ao longo desses dezenove anos, vinte e uma estagiárias e estagiários se juntaram ao projeto como colaboradores no curso de Formação de Juristas Populares. Ao término do estágio, com essas pessoas já graduadas, contamos com elas, agora como voluntárias.

Todo o trabalho realizado pela Fundação Margarida Maria Alves no desenvolvimento do Curso de Formação de Juristas Populares não seria possível sem a colaboração de diversas instituições, dentre elas ONGs e Órgãos Públicos que através de parcerias, formais e informais, colaboraram para o sucesso da experiência. Estas parcerias vão desde as universidades públicas e privadas, Defensorias Públicas do Estado e Federal, INSS, Ministério Público Estadual e Federal, Tribunal de Justiça, OAB, Procon, Secretarias de políticas para Mulheres, DEAMs, além de diversas organizações da sociedade civil locais.

Contamos também com a colaboração de alguns parlamentares no âmbito Estadual e Federal que disponibilizam publicações da Constituição Federal e outras legislações necessárias ao bom andamento do Curso.

Em 2011, com o propósito de ampliar a formação de Juristas Populares para outras regiões do Estado, buscou-se parceria com o Serviço de Educação Popular- SEDUP, de Guarabira, entidade com a qual a Fundação já mantinha uma parceria em diversas ações. Durante o planejamento, foi pactuada que caberia à Fundação toda a responsabilidade pela realização da capacitação: produção do material e coordenação das oficinas e módulos; ao SEDUP caberia a mobilização do público e a viabilização do espaço e toda a infraestrutura necessária. Deste modo, foram realizados dois Cursos de Formação de Juristas Populares em Guarabira, abrangendo 8 municípios da região do brejo paraibano, nos anos 2011 e 2012/2013.

3 – Método Pedagógico/didático e conteúdo

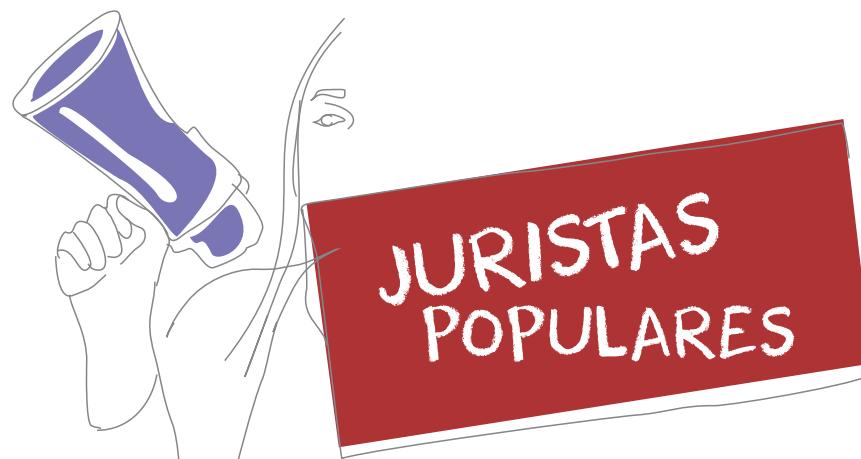
O curso de Formação de Juristas Populares é composto por oficinas, módulos, intercâmbio de conhecimentos, visitas às instituições públicas, trabalhos em grupo, palestras e debates, jogos e encenações teatrais. Todas essas ações se propõem a reforçar os conteúdos aprendidos.

Há que se ressaltar que no atual momento da conjuntura brasileira, com sérias ameaças à democracia e graves perdas de direitos para a classe trabalhadora e para a população mais pobre e vulnerável, a equipe que compõe a Fundação fez uma avaliação geral do Curso e tomou algumas decisões que implicam em modificações no seu conteúdo e metodologia, visando possibilitar uma atuação mais condizente com o atual momento.

As oficinas com temas transversais e módulos são implementadas uma ou duas vezes ao mês e abordam temas multidisciplinares permitindo uma discussão mais política sobre as temáticas sem uma preocupação maior com o texto da lei, sendo elas: Oficina sobre Gênero e Feminismos, Direitos Humanos e Bem Viver; Políticas Públicas e Controle Social; Oficina sobre raça e população LGBTQI+. Em seguida são realizados os módulos, que proporcionam uma leitura das diversas legislações, sem, contudo, desconsiderar a leitura política das mesmas: Noções de Direito Constitucional; Direito Constitucional II; Organização do Poder Judiciário; Noções de Direito Civil; Noções Direito de família e de mediação de conflitos; Noções de Direito Trabalhista e Previdenciário; Noções de Direito Urbano e Política Urbana, além de visitas aos órgãos públicos, avaliação, solenidade de formatura e a parte prática com a Ciranda de Direitos. Em alguns cursos foi oferecida também a oficina de Linguagem escrita e noções de documentação de grupos populares.

Em cada oficina e módulo é entregue uma apostila com todo assunto ministrado, onde o e a cursista podem recorrer em caso de dúvida, além de ter em anexo textos complementares e indicações de textos, vídeos e filmes sobre a temática. Faz-se necessário enfatizar que a linguagem utilizada na elaboração de todo material didático é constituída com base na linguagem popular, e com exemplos bastante próximos da realidade dos e das cursistas.

Após os módulos é realizada a Ciranda de Direitos que é a parte prática do curso com atendimento à população de uma comunidade e/ou bairro selecionado pelos e pelas cursistas e com orientações e encaminhamento aos órgãos públicos para resolução de problemas. Junto à orientação jurídica, também são oferecidos vários outros serviços como emissão de documento, atendimento e orientação sobre violência contra a mulher, corte



de cabelo, oficinas de escovação, origami, dentre outras, tornando assim um espaço de cidadania. A ideia de proporcionar uma experiência prática de orientação sobre direitos para participantes do Curso de Formação de Juristas Populares foi realizada pela primeira vez no ano de 2011, na comunidade de Mussumago, em João Pessoa/PB em 2011. Essa experiência tem sido mantida em todas as turmas e tem sido um importante reforço no aprendizado dos/as cursistas.

4 – Estratégias de Sustentabilidade

Discutir estratégia de sustentabilidade nesse contexto das ONGs no Brasil é uma tarefa complexa e difícil. A Fundação tem desenvolvido atividades paralelas à sua missão para tentar estabelecer fundo de reserva para auxiliar no desenvolvimento de atividades e manutenção da instituição, obviamente esses recursos não são suficientes para manter as atividades maiores. Quanto ao Curso de Formação de Juristas Populares, uma estratégia é buscar estabelecer parcerias com os poderes públicos, o que tem gerado resultados em ações pontuais, mas apresenta ainda problemas para ações mais consistentes, como é o caso do Curso de Juristas Populares.

Quanto às parcerias com as ONGs, tem chegado solicitações para ampliação geográfica do curso para outras regiões do Estado, inclusive com contrapartidas de infraestrutura para a realização do mesmo, mas que necessitam ainda de cooperação financeira pois essas parcerias não conseguem cobrir a maior parte das despesas necessárias à realização das atividades.

5 – Formas de continuidade da atuação dos e das Juristas Populares

Pensando na atuação dos e das Juristas Populares, foi tomada a decisão em um Encontro de formação da Rede de Juristas Populares da Paraíba. Criada em 27 de abril de 2003, constitui-se em um espaço de articulação com o objetivo de “acompanhar a intervenção dos e das Juristas nos movimentos populares, atualizar conteúdo jurídico-social e dar apoio às necessidades e dificuldades sobre questões da metodologia, planejamento, avaliação e elaboração de documentação técnica-administrativa dos grupos aos quais estão integrados” (Relatório Geral 2004). Atuou de modo mais intenso por alguns anos, na realização de reuniões para planejamento e avaliação das ações. Essas reuniões eram organizadas por núcleos: João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Forte Velho, com a participação dos Juristas e de uma Comissão Articuladora com representantes de todos os núcleos.

A Rede de Juristas Populares articulou e organizou em parceria com a Fundação e realizou uma série de atividades: como encontros municipais e estaduais de Juristas Populares, oficinas, mobilizações sobre meio ambiente, proteção dos rios, fóruns de debates, eventos culturais, encontros de capacitação e atualização jurídica, campanhas de mobilização, dentre outras atividades, que reuniram em torno de 7.521 pessoas.

Por alguns anos a rede foi a maior articuladora e incentivadora da atuação dos e das Juristas Populares, desempenha um papel de aglutinação e troca de informação, sendo ainda hoje uma fonte de coleta de dados sobre a atuação desses e dessas Juristas Populares. Estes hoje atuam em diversas frentes, sem a consistência anterior da Rede de Juristas Populares, mas mantendo ainda um nível de articulação.

6 – Avaliação de impacto e coleta de dados

No tocante a avaliação individual do e da cursista, é realizada através do formulário de inscrição, pois nele além dos dados pessoais e da entidade/movimento social do qual faz parte, constam várias perguntas para averiguar os conhecimentos primários na área do direito, cidadania e direitos humanos. Ao final do curso, no momento da avaliação, aplica-se o mesmo formulário como forma de percepção do cursista para detectar os avanços/aprendizados. Utilizamos ainda, as avaliações escritas ao final das oficinas e módulos e também os exercícios entregues na conclusão de cada módulo para correção e avaliação conjunta no encontro seguinte.

Em função das boas referências do Curso de Formação de Juristas Populares, algumas outras parcerias com instituições governamentais e religiosas foram firmadas, a fim de realizar por meio da nossa metodologia (conteúdos adaptados) a capacitação de públicos-alvo de outros projetos/instituições.

Desde o início do Curso já formamos 380 Juristas Populares, de 20 municípios da Paraíba, que passaram a desenvolver atividades nos seus locais de atuação de maneira mais qualificada.

Alguns aspectos de caráter pessoal foram observados como resultados positivos do Curso e outros de caráter mais coletivo e comunitário.

No aspecto mais individual, mas com um rebatimento forte na sociedade, percebe-se uma autovalorização e um aumento da autoestima de muitas pessoas que concluíram o curso. Esse aspecto tem chamado atenção porque tem proporcionado mudanças significativas na

vida das pessoas. Muitas Juristas Populares passaram a perceber as relações abusivas que viviam e romperam com o ciclo da violência, a partir da aprendizagem do curso, mas mais ainda a partir da mudança da sua autopercepção como pessoa e como mulher.

Outras pessoas, mulheres e homens, perceberam a partir da participação no curso, a sua capacidade de aprendizagem, despertando a vontade de retomar os estudos formais. Temos casos de pessoas que reiniciaram os estudos ainda no nível fundamental e hoje têm pós-graduações, mudando completamente suas vidas e de suas famílias e comunidade, pois passam a atuar de maneira mais consciente e qualificada nas diversas lutas sociais.

Também muitas ações importantes foram desencadeadas pela atuação dos e das Juristas Populares, como denúncias de ações e omissões de poderes públicos, inclusive uma delas com bastante repercussão a nível estadual, pois, resultou no afastamento de um Juiz da vara da infância e da juventude.

Outra ação que tem desdobramentos até hoje, foi a criação do Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero, no município de Santa Rita, que desde o seu processo de planejamento, implantação e funcionamento contou com a participação de Juristas Populares, na composição da equipe e da coordenação do Centro, que completou em 2019, 15 anos de atuação, desenvolvendo um importante serviço à população daquele município.

Além dessas ações de maior impacto, são incontáveis as atuações de Juristas Populares com resultados que possibilitaram a garantia de direitos ou melhoria nos serviços públicos para a população.



Uma fonte de coleta de dados para a Fundação, sobre a atuação dos e das Juristas Populares tem sido o grupo de whatsapp da Rede de Juristas Populares, as redes sociais da Fundação, onde, em geral, a maioria dos Juristas Populares estão presentes e onde acontecem os encontros de Juristas Populares realizados sistematicamente pela Fundação. Além disso, temos constantemente incentivado a escrita dos relatos das ações realizadas pelos e pelas Juristas Populares, o que resulta também num exercício de escrita, tão necessário na construção da cidadania

Mesmo assim, há aqui na coleta de dados e análise, muito mais um esforço da equipe do que um método estabelecido. Temos trabalhado com tentativas, mas sabemos que nossa capacidade de acompanhamento posterior do trabalho dos e das Juristas Populares ainda não dá conta de todas as ações desenvolvidas e nem do impacto que isso tem proporcionado nas comunidades em que atuam. Isso porque lidamos com dificuldades operacionais da Fundação, mas também com a própria dinâmica da vida das pessoas que precisam se deslocar e estabelecer outros compromissos na luta pela sobrevivência e por esses motivos nem sempre conseguem manter esse vínculo que possibilite o acompanhamento das suas ações.

7 - Considerações finais

No atual contexto que se estabeleceu desde alguns anos e se aprofundou a partir do ano de 2019, de desmobilizações dos movimentos sociais, enfraquecimento de direitos, mas também de uma perplexidade diante dos acontecimentos, o Curso de Juristas Populares precisou adaptar-se às novas condições. Primeiro porque as contradições e rupturas que ocorreram na sociedade foram vivenciadas no curso, exigindo da equipe o desenvolvimento de capacidades para lidar com os conflitos. Não foi fácil, mas com diálogo, pedagogia, e uma grande dose de paciência estamos conseguindo superar os conflitos. Segundo, avaliamos que vivemos um momento onde retomar e revalorizar a discussão política, mais do que os aspectos legais, é uma necessidade, até porque os direitos têm sido frequentemente modificados, reduzidos e exigem uma rearticulação para enfrentamento das situações.

No tocante à continuidade da realização do curso, podemos dizer que a Fundação tem trabalhado quase sempre com recursos da cooperação internacional, apesar de algumas tentativas de parcerias com os órgãos públicos, mas que tem apresentado muitas dificuldades principalmente com a relação a prazos e descontinuidade das ações.

Referências
SILVA, Verônica Rodrigues da
*Formação jurídico-popular: sistematização da experiência do Curso de Formação
de Juristas Populares(1999-2017)/Verônica Rodrigues da Silva,
Marcina Maria Pessoa Coelho – Santa Rita: Sedic Gráfica e Serviços, 2018*

Formação

DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES
do Grupo Mulher Maravilha



Introdução e Histórico

O Grupo Mulher Maravilha (GMM) foi fundado no em 1975, Ano Internacional da Mulher, quando o Brasil vivia sob intensa repressão política, que implicava na total negação dos Direitos da Pessoa Humana. As fundadoras foram mulheres inconformadas com a situação de opressão e discriminação vividas no dia-a-dia e, refletindo, identificaram como causa da situação vivida por elas e por todo o povo brasileiro, as contradições de uma sociedade patriarcal, capitalista e racista. No momento, seu foco de atuação é no bairro de Nova Descoberta, periferia do Recife (PE), onde tem sua sede. Atuou fortemente no Sertão do Pajeú e lá tem um imóvel, atualmente cedido às Mulheres de Benvirá, em parceria hoje com ações pontuais.

Seus projetos são focados sempre na sua missão de lutar pela promoção dos Direitos Humanos numa perspectiva de gênero, raça e etnia e pelo acesso à cidadania da população vítima de exclusão social, bem como pelo empoderamento das mulheres para a construção de uma nova sociedade. Atuou, ainda, nas áreas de formação profissional na perspectiva de inserção no mercado e mundo do trabalho de jovens e mulheres, empoderamento e autonomia de comunidades quilombolas, Direitos Humanos, Economia Popular Solidária, Prevenção às DSTs/HIV/Aids, Meio Ambiente e Acesso à Justiça. Nesse sentido é que promoveu a Formação de PLPs para criar condições para as mulheres conhecerem seus direitos, leis e mecanismos jurídicos, tornando-as capazes de tomar iniciativas e decisões para o acesso à justiça e à defesa dos direitos humanos.

O GMM decidiu iniciar o curso de formação de PLPs como medida de enfrentamento à gritante situação de violência contra a mulher no Estado de Pernambuco. Conseguimos elaborar nosso primeiro projeto e enviar a uma agência internacional alemã, o qual foi aprovado e iniciado em 2005 no Recife com uma aula inaugural no salão nobre da Assembleia Legislativa.

No Sertão do Pajeú, iniciamos a 1ª turma em 2006. Nesse mesmo ano, participamos do 2º Encontro da Rede Nacional de Educação Jurídica Popular na Fundação Margarida Alves em João Pessoa (PB), quando conhecemos a PLP Arlene Martinez da União de Mulheres de São Paulo, autora da tese de pós-graduação com o título: “A Experiência das Promotoras Legais Populares em São Paulo: Gênero e Cidadania/2005”. Mais adiante, dias 19 e 20/09/2009, participamos do encontro, representando a Fundação, quando foi aprovada a Carta de Princípios da Articulação de Juristas Populares.

Na ocasião, o GMM, em eleição, passou a compor a coordenação regional da Articulação. Foi quando conhecemos Amelinha Teles, também da União de Mulheres de São Paulo, e criamos laços. Dessa forma, a nossa primeira experiência de educação jurídica popular se deu com a Fundação Margarida Alves. Tivemos a idéia de oferecer mais um curso de Formação de Juristas Populares para contemplar jovens de ambos os sexos que nos procuraram no Sertão do Pajeú e em seguida criamos laços com a União de Mulheres de São Paulo. Em 2009, Amelinha Teles lançou na Paraíba o Dossiê de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil e em 2010 lançou o Dossiê em Pernambuco, na celebração dos 35 anos do GMM.

Em 2015, participamos do Encontro das PLPs de São Paulo, promovido pela União de Mulheres - São Paulo. Em 2016, participamos do IV Encontro Nacional de Educação Jurídica Popular em Salvador (BA) pelo GAPA, e lá nos aproximamos de algumas ONGs e estreitamos os laços com o Centro das Mulheres do Cabo (CMC). Nesse encontro de Salvador, conhecemos experiências de Formação de PLPs, com pessoas de ambos os sexos, o que gerou certo desconforto e muitas discussões entre um grande número de ONGs formadoras de PLPs presentes no encontro.

Atualmente, a realidade dos direitos humanos para a população empobrecida do Nordeste, seja nas periferias das grandes cidades, seja na zona rural ou em cidades do interior, é muito difícil. Em que pese algum esforço governamental (municipal/estadual), a política nacional ditada pelo Governo Federal, adepto de extremado neoliberalismo, é de desmonte dos pequenos avanços dos governos progressistas anteriores. Cresce o desemprego, a população de rua, as precárias condições de saneamento, déficit de moradia, feminicídio, etc. Direitos trabalhistas conquistados há um século são lançados por terra, enfraquece a assistência à saúde, situação agravada pela disseminação do novo coronavírus.

Comprovada pela história, a conquista e a manutenção de direitos não ocorrem sem a pressão das pessoas interessadas e para isso o povo precisa conhecer os direitos e ter consciência para lutar por sua defesa. Acreditou-se erroneamente que seria suficiente aprovar leis avançadas para a realidade mudar, mas sem trabalho de base nada muda. Daí a importância da educação jurídica popular e do trabalho de organizações como GMM, com as PLPs mobilizadas em prol dos direitos humanos para a felicidade geral.

Seleção de participantes e articulações locais para realização dos cursos

O GMM divulgou os cursos nas redes sociais no Recife e Região Metropolitana e no sertão do Pajeú, por meio de programas de rádio e no boca-a-boca. Os critérios definidos para a seleção foram os seguintes: a candidata deveria ser maior de 14 anos¹ e precisava preencher uma ficha que, ao final do curso, seria utilizada para medir as mudanças de concepção do próprio perfil da educanda.

Havia ainda um questionário seguido de entrevista por profissionais da equipe organizadora do curso. Demonstração de interesse pela candidata sempre foi o principal critério de seleção, seguido de disponibilidade para participação mínima em 70% das aulas presenciais e compromisso de completar a carga horária com estudos e prestação de serviços à comunidade. Outros critérios foram formações anteriores e engajamento. No Sertão, houve a orientação de se formar grupos a partir de duas cursistas por comunidade, em razão da distância das suas moradias, e em alguns casos, para se apoiarem mutuamente contemplando as mulheres com baixa escolaridade ou analfabetas. A responsabilidade da seleção das candidatas coube à equipe do projeto, formada pela Coordenação Pedagógica e pelas facilitadoras do GMM.

¹Apesar da flexibilização na primeira turma do sertão do Pajeú nenhuma cursista selecionada era menor de 18 anos. Esse critério se deu num contexto e de forma pontual, adotado inicialmente para não excluir algumas adolescentes e jovens negras de comunidades quilombolas que estavam muito entusiasmadas nos processos formativos com aquele público na região sertaneja. Contudo, no processo seletivo só foram escolhidas as mulheres e jovens mais amadurecidas e com disponibilidade de tempo.

DIREITOS HUMANOS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Método Pedagógico/didática e conteúdo

Os cursos contemplaram aulas teóricas e práticas, com abordagem multidisciplinar do Direito e discussão de temas diversos. Por sua vez, os cursos de 2016/17 contemplaram novos temas em razão do contexto político. Os conteúdos: Introdução: Os conceitos de PLP e de educação popular; Abordagem sobre Cidadania e Direitos Humanos; O Calendário da Cidadania; Linguagem Inclusiva de Gênero. Temas específicos: A Organização do Estado Brasileiro; Órgãos de Justiça no Brasil - Judiciário, MP e Defensoria Pública; a Constituição Brasileira de 1988; Conceito de Direito, Justiça e Legislação em geral; Direitos Fundamentais; Direitos Humanos das Mulheres; A Convenção de Belém do Pará; a Lei Maria da Penha, a partir da sua aprovação; O Direito das Mulheres nas Relações Domésticas; Direitos das Crianças e Adolescentes; Direitos da pessoa Idosa; Direitos Trabalhistas e Legislação Vigente; Abordagem sobre “Assédio Moral e Assédio Sexual”. Garantias Legais das Mulheres: Mulheres em situação de Violência; Sistema Penal e Juizados Especiais e Criminal; Direitos Civis e de Família; Reprodução: corpo e sexualidade; Planejamento Familiar e esterilização feminina; DSTs e Aids. Aborto: leis vigentes; Saúde da Mulher Negra; Tráfico e exploração de crianças, adolescentes e mulheres; A Organização das Mulheres e os movimentos sociais. Mecanismos de acesso à Justiça ao poder público e à cidadania. Feminismos, Relações de Gênero. Discriminação Racial, Racismo e Leis vigentes. A Política de Assistência Social: Pirâmide Social – Política –Democracia- Partidos Políticos e Sindicalismo - o Golpe Militar de 64; Meio Ambiente - a Lei do Feminicídio; reflexões sobre o Estatuto da família e do Nascituro na agenda do retrocesso do Congresso; programas de governo de Mediação de Conflitos, o programa Mulheres da Paz e impeachment.

Todo o trabalho do GMM e da formação das PLPs foi embasado nos princípios da filosofia Paulofreireana e na perspectiva da pedagogia libertadora e dialógica no processo de ensino-aprendizagem, na construção coletiva do conhecimento, no aprender fazendo e autonomia na forma de atuação. Procurou adotar o princípio da horizontalidade, provocar o exercício da fala pública. Houve estudos de caso e discussão de situações reais ou fictícias.

Outro princípio adotado foi de valorizar não apenas os conhecimentos técnico-jurídicos e acadêmicos, mas também os saberes populares advindos da experiência e da vida cotidiana das mulheres. As oficinas aconteceram em ambiente circular e horizontal, facilitando a interação. Procurava-se organizar as intervenções para se garantir vez e voz e se empregavam rodas de conversa. Foram promovidos seminários, debates, audiências públicas, conferências, vigílias e atos públicos. Houve visitas a hospital e a órgãos de justiça e de segurança (MP e Delegacia de Polícia). Foram distribuídos materiais educativos, apostilas, folhas soltas, cartilhas da Lei Maria da Penha, o Manual Prático de Direitos das Mulheres (pelo GMM), exemplares da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orçamentária (LOAS), o Estatuto da Pessoa Idosa, exibidos filmes seguidos de roda de conversa, brincadeiras e poesia. No início das aulas foi construído coletivamente Contrato de Convivência, revisitado sempre que necessário. Nas oficinas de longa duração, criavam-se Comissões de Trabalho (saúde, animação, horário, registro, limpeza, e outras quando necessárias).

As participantes receberam ajuda de custo ou bolsa-transporte, principalmente para as mulheres de comunidades rurais. No final, as educandas escreviam em equipe um documento com tema de livre escolha. O processo de avaliação aconteceu de várias formas

e várias vezes durante o curso. Ao final, antes da certificação, foi assinada Carta Compromisso discutida e aprovada por todas.

Em Afogados da Ingazeira, a turma de 2006 se comprometeu em realizar anualmente uma ação, e foi criado o Bloco de Carnaval “Flor do Mandacaru - pelo fim da violência Contra a Mulher”. Os cursos sempre tiveram uma coordenação pedagógica da entidade, que também acompanhava tudo, como monitoras de apoio. Risolene foi coordenadora dos primeiros cursos, educadora social, ex-educanda do GMM, militante, feminista, atualmente na segunda gestão municipal, na função de Coordenadora da Mulher de Afogados da Ingazeira.

Os cursos de 2016/17 foram coordenados por uma jovem advogada do quadro de pessoal da entidade, que também ministrou aulas. As aulas dos cursos foram dadas por profissionais ora do quadro de pessoal da entidade, ora contratadas. As equipes eram formadas criteriosamente pela instituição, por pessoas que melhor conheciam o programa e com melhor jeito no trato com as mulheres. Para os primeiros cursos, a ONG contratou Lucidalva Nascimento uma advogada feminista, do Centro das Mulheres do Cabo-CMC com sólida experiência em PLPs apoiada por Jadion, ativista de Direitos Humanos, completando a equipe com Socorro Alves, psicóloga com pós-graduação em violência de gênero, e Lourdes Luna, Assistente Social, fundadora da GMM, que acompanha o programa desde o início, ambas do quadro interno.

Posteriormente, foi contratada Lucimary Passos, outra advogada com especialização em Direitos Humanos. Nos últimos cursos, além da jovem advogada Carol Santos e da

assistente social do quadro da ONG, participou como prestadora de serviços na função de facilitadora de alguns módulos, uma PLP chamada Wanda, formada pelo GMM, graduanda de Serviço Social, e contamos ainda com a participação especial de Luiz Alves, advogado, assessor do GMM, militante histórico do movimento social e popular.

Estratégias de sustentabilidade

Os primeiros editais executados pelo GMM (2005/2009) foram apoiados por agências internacionais, a partir da apresentação de projetos. Já na segunda etapa, em 2016/17, os projetos contaram com pequenos recursos, locais. O GMM sempre procurou meios de conseguir contrapartidas, trabalhos voluntários e doações, além de reaproveitamento de materiais educativos. Contudo, a falta de projetos institucionais precarizou fortemente a sustentabilidade da entidade, perdendo pessoal com longa experiência na entidade. Como estratégia de continuidade, buscou-se articulação local e nacional. Houve empenho na criação da Rede de PLPs Estadual e em 21 de agosto de 2009 se realizou um grandioso evento em sua sede no Recife e outro evento no dia 07 de agosto de 2010, para celebrar o 1º ano dessa Rede.

Em 2017, o GMM ajudou na criação da Articulação de PLPs do Recife e Região Metropolitana, seguida de sucessivos encontros de formação para manter as PLPs articuladas e acompanharmos suas ações na base. Foi então elaborada e aprovada uma Carta de Princípios, depois de um longo processo de discussão. Criamos também um grupo virtual.

As dificuldades vieram com a dispersão de algumas PLPs bastante atuantes e empoderadas que adoeceram gravemente, outras perderam emprego, entre outras situações, como a falta de recursos da entidade, que passou a contar apenas com uma equipe voluntária, o que implicou precário funcionamento da entidade. Além disto a conjuntura política, a vida corrida e difícil das PLPs, algumas estudando sem ter sequer o sábado livre, a pesada carga horária das que trabalham, o assédio moral, com ameaças de perda de emprego, e agora tudo agravado com a vida paralisada pela pandemia da Covid-19 são outras dificuldades encontradas. A tentativa de superação vem sendo animada pelos estudos em fase de conclusão de doutorado de Amanda Scott, uma associada do GMM, focado em: “Trajetórias de vida de PLPs: empoderamento e agência entre mulheres em Pernambuco”. Não podemos afirmar que essas dificuldades foram superadas, até que consigamos melhorar a situação da ONG formadora.

Formas de continuidade da atuação das PLPs

Após o curso, as PLPs prosseguiram com a sua militância e prestando serviço à comunidade a partir do seu lugar, de forma mais qualificada e melhor orientadas. Observamos o desempenho de PLPs de forma bastante diferenciada, outras atuando em suas comunidades e associações, junto a Fóruns, marcando presença em audiências públicas, conferências e em conselhos de gestão. Procuramos acompanhá-las através das Articulações criadas e agora temos notícias de algumas que se associaram ao GMM.

Dessa forma a nossa relação tem acontecido de forma precária, em plataformas digitais, com algumas exceções. Nesse processo, as maiores dificuldades decorrem da atual

situação dos movimentos sociais e de mulheres e pelo desencanto com a política, fato que imobiliza muita gente. A possibilidade desse encontro em Porto Alegre nos animou e traz um pouco de esperança.

Avaliação do impacto e coleta de dados

O GMM, a rigor, não adota avaliação de impacto. Já fez coleta de dados, mas está desatualizado há uns anos. Isto não significa falta de interesse, mas de condições. Seria de grande valor implantar técnicas de avaliação de impacto porque temos experiências lindas e exitosas de crianças, adolescentes, jovens e de mulheres que cresceram enquanto cidadãs, com autonomia e empoderadas. É de nosso interesse vir a implantar esse método na instituição para sabermos o resultado concreto, no decorrer do tempo, da formação promovida pela entidade.

Considerações finais

Gostaríamos de falar da importância que foi a oportunidade que tivemos pela UnB de escrever um capítulo do Livro “O Direito Achado na Rua” V. 5 -Introdução crítica ao Direito das Mulheres. Do orgulho de termos Amelinha Teles e Criméia no quadro de associadas do GMM e de elas terem participado de um encontro com nossas PLPs, no Recife e no Sertão. Em 2006, Shanna Devine – School for International Training – CSA Brazil – Northeast, uma estudante norte-americana, estagiária do GMM, estudou, em 2006 no

nosso curso de Formação de PLPs no Pajeú, escrevendo sua monografia com o título: “Promotoras Populares and social transformation beyond the classroom of Grupo de Mulher Maravilha (GMM)”. Tivemos uma PLP, vereadora de esquerda, algumas coordenadoras de gestão, em cargos de assessoria e conselheiras de direito que passaram por nossas formações.

Os maiores desafios da conjuntura política e jurídica atual é de rearticular e atualizar política e juridicamente as PLPs dispersas, e prosseguir realizando novos cursos. Como estratégia de superação das dificuldades em nosso projeto de educação jurídica popular, continuamos na luta pela memória da experiência na entidade e com a meta de realizar encontro das PLP quando a vida retomar sua normalidade, depois dessa pandemia avassaladora, com homenagens póstumas a Josenita Duda - Jô (26/02/2020), uma das primeiras PLPs do Estado, da Articulação e Movimento Homossexual do Recife (AMHOR) e Ridete Columbino da Lua Clara (30/03/2019), ambas da turma de 1998; às PLPs do Grupo Mulher Maravilha, Dacilene Simões (01/03/2016) - turma 2016 e Margarida Jerônimo (20/06/2020) - turma 2005, vítima da COVID 19.”

A Educação jurídica Popular continua válida porque favorece o processo de formação política e feminista às mulheres, proporcionando-lhes o conhecimento de seus direitos para o acesso à justiça, ao poder público e ao exercício da cidadania, mobilizando outras mulheres, pois apesar de toda discriminação sofrida, por ser mulher, são elas as mais dispostas a se organizar e reivindicar direitos e fazer a luta política e revolucionária.



Nesse cenário elas são necessárias, porque conhecer direitos aproxima os grupos mais vulneráveis e marginalizados, tirando do papel o que se chama igualdade de direitos. A Educação jurídica popular, pela sua natureza, precisa de ressignificação e ser resiliente em diferentes contextos que favorecem a criação de novas leis, alargando direitos conquistados com a participação popular ou a resistência quando o Estado retira direitos, ou cria leis antidemocráticas, a exemplo do Estatuto do Nascituro e da Família, proposto pelo Governo federal autoritário.

Embora não tenhamos aplicado uma metodologia de avaliação de impacto e de acompanhamento organizado e permanente de atuação das mulheres que receberam formação em PLPs, temos comprovação de que a prática (o empírico) comprova a validade do teórico (conceito, papel e importância da PLP na sociedade), pelo contato com algumas que se associaram ou apoiam o GMM. Desenvolvimento da atuação nas comunidades em que estão inseridas, participação em fóruns, conselhos e até o exercício de cargos em gestões públicas de caráter progressista, são práticas comprobatórias da formulação teórica dos projetos de formação de Promotoras Legais Populares.

Formação

DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília



Introdução e Histórico

No Distrito Federal, as Promotoras Legais Populares existem enquanto um Projeto de Extensão da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, desde 2005. Fruto da demanda de estudantes de Direito da UNB em articulação com movimentos sociais em Ceilândia, e a partir do contato com PLPs da ONG Themis do Rio Grande do Sul. Tem como marco teórico inicial o movimento “Direito Achado na Rua”. E contamos com o apoio do MPDFT e da FIOCRUZ Brasília.

Promovemos cursos anuais em Ceilândia (uma região administrativa do DF), com o objetivo de capacitar mulheres de todos os perfis, sobre direitos e cidadania, com enfoque em direitos humanos, educação popular, e no enfrentamento à violência contra as mulheres. Também foram realizados cursos de PLPs na Região Administrativa de Sobradinho (2014) e em São Sebastião (2017 e 2018). E em 2019, em parceria com o IFG de Águas Lindas de Goiás, realizamos o primeiro curso em Águas Lindas, entorno do Distrito Federal. De 2005 a 2019, foram formadas 595 mulheres multiplicadoras.

Das Promotoras Legais Populares, surgiu o Projeto de Extensão Vez e Voz, que atua no enfrentamento ao tráfico de pessoas, promovendo palestras nas escolas da rede pública do Distrito Federal e de Águas Lindas do Estado de Goiás.

PROJETO VEZ E VOZ

No material comemorativo dos 25 anos das Promotoras Legais Populares de São Paulo, Maria Amélia de Almeida Teles escreve “As PLPs de Brasília têm um papel importante na consolidação de uma rede nacional”. E sobre isso, achamos importante registrar que as PLPs do Distrito Federal foram responsáveis por levar este projeto para o Estado de Goiás, para a UFG de Goiânia, no ano de 2018. Representadas pelas facilitadoras Rosa Maria, Andreia e Clara.

Em 2019, nossa facilitadora Rosa Maria foi até Roraima capacitar mulheres para implementarem as Promotoras Legais Populares neste estado. O curso de capacitação foi de 40 horas. Estamos articulando parcerias com a Universidade de Cuiabá (Mato Grosso) e com a Universidade de Dourados (Mato Grosso do Sul), bem como, com mulheres da cidade de Catalão (Goiás), para que sejam ministrados cursos de Promotoras Legais Populares nessas cidades.

As Promotoras Legais Populares do Distrito Federal (DF) integram a Rede de Mulheres de Samambaia (outra Região Administrativa do DF), participando da organização de eventos anuais para mulheres vítimas de violência doméstica nesta região, em parceria com CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Defensoria Pública e outros atores da rede local. Essa articulação é feita pela facilitadora Laerzi. As PLPs participam do Conselho da Mulher do Distrito Federal (CMDF); e compõem o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Distrito Federal.

Estamos organizadas pelo Fórum de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e Entorno, de modo que mulheres formadas no curso permaneçam em contato, trocando informações e se organizando para se fazerem presentes em espaços e atos relevantes.

No dia 28.11.2019, fomos agraciadas com o Prêmio Marielle Franco de Direitos Humanos, concedido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Em 2019 também lançamos um livro sobre nossa atuação; no qual PLPs de várias partes do Brasil, compartilharam conosco suas experiências em capítulos deste livro.¹

O Distrito Federal é formado por enorme desigualdade social entre as regiões habitadas pelos trabalhadores e as regiões habitadas pelo alto escalão do Judiciário, Legislativo e Executivo. E essa desigualdade é refletida em diversas relações e acessos (ou não) a direitos.

Ceilândia é a Região Administrativa do Distrito Federal com a maior densidade urbana. Criada nos anos 1970 para realocar a população que morava em áreas não regularizadas do DF. A Região Administrativa possui atualmente quase 500 mil habitantes². É tida como uma região “periférica” da capital federal, não possui alta renda per capita, principalmente quando comparado à “ilha da fantasia” que é o Plano Piloto e os Lagos Sul e Norte (estes possuem renda e IDH próximo ao da Suíça).

¹ Fácil acesso às nossas publicações no seguinte link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1PjSpxTzFgSNThU1zyfLKet7vz20eTP7m>

²<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Ceil%C3%A2ndia.pdf>

Levamos o curso para Águas Lindas de Goiás porque nossa facilitadora Rosa Maria reside nesta comunidade, e sempre relatou a importância de um projeto como este na região, que é bem conservadora e com altos índices de violência doméstica.

O projeto é extremamente relevante, pois, fornece às mulheres uma formação em direitos humanos, direitos das mulheres e cidadania. Tendo como base a educação popular, de modo que todas as mulheres presentes, facilitadoras e cursistas, são responsáveis pela construção do conteúdo. Criando um espaço de segurança, afeto, emancipação e de fortalecimento de uma rede de apoio entre mulheres.

Criando também um espaço onde são apresentados contrapontos ao senso comum conservador e machista da sociedade brasileira. Muitas vezes ouvimos as cursistas dizerem: “esse curso abriu minha cabeça”, “eu ouvi coisas aqui que eu nunca tinha ouvido em lugar nenhum antes”, “esse curso mudou minha vida”, “este curso me deu forças para sair de um relacionamento abusivo”.

E por ser um projeto de extensão da Faculdade de Direito da UnB, funciona como uma via de mão dupla, de modo que a Universidade, as universitárias, futuras profissionais do Direito, aprendem com os conhecimentos e a ética das mulheres das comunidades que participam do curso. Estas mulheres acessam determinados conteúdos que sem a extensão

talvez continuassem encastelados no meio acadêmico e de profissionais de campos específicos, como o do Direito.

Em 2020 realizaríamos os cursos em Ceilândia e Águas Lindas de Goiás, mas devido à Pandemia do Coronavírus, suspendemos nossas atividades presenciais. Nós nos mantemos organizadas em grupos no WhatsApp lidando com algumas demandas que aparecem. O grupo responsável pelas redes sociais está bem ativo, compartilhando informações importantes para o atual contexto, por exemplo, sobre auxílio emergencial e sobre onde e como denunciar violência doméstica.

Estamos fazendo reuniões semanais, nas quais organizamos um curso online (pela plataforma Slack), com a finalidade de fortalecer uma articulação política com Promotoras Legais Populares de todo o país.

Seleção de participantes e as articulações locais para realização dos cursos

Conforme mencionado no item anterior, somos um Projeto de Extensão da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e contamos com apoio do MPDFT e FIOCRUZ Brasília. E em 2019 realizamos parceria com o Instituto Federal de Goiás de Águas Lindas.

Por isso, nosso curso na Ceilândia ocorre no espaço físico do Núcleo de Práticas Jurídicas da UnB. Espaço onde acontecem outros projetos de extensão importantes como, por exemplo, o Vez e Voz e o Projeto Maria da Penha (que presta atendimento jurídico e psicológico às mulheres vítimas de violência doméstica na região). Em Águas Lindas, nosso curso acontece no auditório o IFG.



Todos os anos divulgamos os cursos com cartazes nas ruas, nas redes sociais, e no sítio eletrônico do IFG, convocando mulheres para se inscreverem. No IFG chamamos alunas e mulheres da comunidade de Águas Lindas. Em Ceilândia, nosso curso é aberto para mulheres de todas as regiões do Distrito Federal.

Em Ceilândia, para se inscrever no curso, as mulheres só precisam estar presentes no primeiro ou no segundo dia de curso e preencher um formulário com seus dados, expectativas sobre o curso e quais temas gostariam que fossem tratados no decorrer dos encontros. Para se formar é necessário no mínimo 70% de presença nas oficinas e participação da ação de conclusão de curso.

Em Águas Lindas, o IFG requer algumas formalidades. A inscrição pode ser feita no sítio eletrônico da Instituição, há uma quantidade de vagas destinadas para as alunas e uma quantidade de vagas para as mulheres da comunidade. Além da inscrição online, também é preciso estar presente nos dois primeiros encontros e preencher formulário similar ao do curso da Ceilândia.

A seleção das cursistas, organização dos formulários e das informações são feitas por uma equipe de facilitadoras que se voluntariaram para tanto, de modo que esta equipe sofre mudanças a cada ano. Salvamos todas as informações relevantes em nosso drive para que toda a equipe de facilitação tenha acesso às informações sempre que necessário.

Método pedagógico/ didática e conteúdo

Em nosso curso trabalhamos sobre diversos temas que consideramos relevantes para as mulheres e para a nossa proposta de formação em direitos humanos, direitos das mulheres, cidadania e educação popular.

Entre estes temas estão: direitos reprodutivos, saúde sexual das mulheres, mulheres encarceradas, racismo, direitos das pessoas LGBTQIA+, Lei Maria da Penha, violência obstétrica, mulheres ocupando espaços políticos, feminismo, economia solidária, entre outros.

A escolha se dá do seguinte modo: no formulário preenchido pelas mulheres na inscrição do curso, perguntamos quais temas elas gostariam que fossem abordados no curso. Além disso, existem alguns temas escolhidos pela equipe de facilitação, por entendermos como centrais para um projeto de PLPs.

Promovemos oficinas semanais aos sábados pela manhã, de abril até final de novembro. Em cada encontro debatemos um tema. Iniciamos o encontro com uma dinâmica de abertura e depois apresentamos algumas informações disparadoras e abrimos para o debate. Às vezes dividimos em grupos menores para debaterem pontos importantes daquele tema e depois discutimos com todo o grupo. Fazemos um lanche e finalizamos o encontro com uma dinâmica de encerramento, para acolher as mulheres e estreitar laços entre o grupo.

Os encontros são planejados pela equipe de facilitação formada por mulheres voluntárias de diferentes regiões do DF, diferentes formações e diferentes idades. Em algumas oficinas,

a própria facilitadora trabalha os temas, mas em outros momentos convidamos mulheres especialistas para ministrarem a palestra, convidamos uma doula para falar sobre violência obstétrica, uma psicóloga para falar sobre saúde mental e gênero, entre outras. As cursistas, as facilitadoras e as convidadas são todas mulheres. Nossas principais referências para montarmos as oficinas são as obras de Paulo Freire, bellhook e o teatro do oprimido do Boal.

Ao final do curso, realizamos uma ação da turma, para que aquele grupo de mulheres leve informações de aprendizagens para outras mulheres. E então cada ano escolhemos uma atividade: sarau em uma praça, panfletar no metrô e na rodoviária, roda de conversa com mulheres em uma creche, entre outras.

E nosso último encontro é a formatura da turma, com oradoras, oficineiras homenageadas, cursistas homenageadas, representantes da UnB, MPDFT, Fiocruz, apresentações culturais, fotos e lanche.

Também temos o cuidado de sempre sugerir que as mulheres procurem atendimentos psicológicos profissionais, indicamos atendimentos populares, pois entendemos que os temas abordados podem disparar gatilhos emocionais e muitas vezes somos um corpo majoritariamente de facilitadoras advogadas e donas de casa, não temos psicólogas na facilitação.

Com a Pandemia estamos organizando um curso online com representantes de diferentes grupos de PLPs de todo o país, de modo a aprofundar os debates realizados nos cursos e fortalecer a Rede Nacional de PLPs. O curso consiste em uma live no início da semana, e um

encontro virtual para debate aos sábados. Disponibilizamos materiais complementares e um fórum para debate na plataforma Slack.

Estratégias de sustentabilidade

Sobre recursos financeiros: Enquanto Projeto de Extensão recebemos uma bolsa da UnB, e apoio financeiro para imprimir materiais e comprar materiais necessários para a manutenção do nosso curso. UnB também nos ajuda com o transporte para Águas Lindas de Goiás. E é pela UnB que temos nosso espaço físico em Ceilândia. O MPDFT também nos ajuda com impressões de materiais necessários. IFG de Águas Lindas fornece alguns materiais e espaço físico. Também consideramos submeter o projeto a editais para conseguir mais recursos, principalmente neste momento de cortes de verba em educação que o país vive.

O nosso livro foi publicado com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa/DF. Sobre os recursos humanos: contar com Coordenadoras da UnB e do IFG nos ajuda muito a fazer o projeto acontecer. Soma-se a isso considerável grupo de facilitadoras voluntárias que se desdobram e se organizam para dar continuidade a esse nosso sonho. Oferecemos certificados para cursistas e facilitadoras, o que conta como um incentivo.

A respeito das estratégias para o projeto ter continuidade: a estrutura de ser um projeto da UnB, e o importante apoio que recebemos da Faculdade de Direito da UnB, IFG Águas Lindas, MPDFT, FIOCRUZ Brasília, instituições sérias e comprometidas. A extrema organização das facilitadoras com informações, dinheiro, redes sociais. O convite para

novas facilitadoras e na divulgação dos próximos cursos que realizamos todos os anos. De modo que sempre tem novas alunas e sempre tem um número de facilitadoras suficientes para tocar os cursos. O nosso compromisso com a carta de princípios (atualmente usamos a carta escrita pela União de Mulheres de São Paulo), com significado e com a história do projeto. As nossas reuniões semanais para organizar tudo, nossos grupos no WhatsApp, que nos conectam constantemente para resolver questões, organizar nosso curso e para ocuparmos espaços relevantes de diálogo com a sociedade.

Ou seja, nossa estratégia basicamente é organização (organizar documentos e informações no drive, organizar as nossas redes sociais e as informações, organizar cronogramas e planilhas) e o compromisso de um time de mulheres que se dedicam muito à manutenção do projeto.

Dificuldades encontradas: o nosso dinheiro é muito contado, poderíamos fazer mais se a verba fosse maior. Para isso os editais são importantes, e talvez pensar em financiamentos coletivos na internet. As facilitadoras, algumas vezes, não conseguem estar em todos os espaços para os quais somos convidadas, pois tocamos outros projetos e empregos. Se tivéssemos um número maior de facilitadoras conseguiríamos ampliar nosso curso para outras regiões do DF, conseguiríamos assumir mais compromissos enquanto PLPs, bem como produzir mais materiais. É muito importante um grande grupo de facilitação para dividir tarefas e ampliar ações e alcance.

Outra dificuldade que percebemos é que em 2019, no curso da Ceilândia, 125 mulheres se inscreveram e 45 se formaram. Em Águas Lindas de Goiás, 95 mulheres se inscreveram e 53 formaram, ou seja, por ser um curso longo, as mulheres o abandonam, porque começam a trabalhar, começam a estudar aos sábados, porque faltam mais de 30% dos encontros. Então precisamos desenvolver maneiras da evasão do curso não ser tão grande. Por enquanto o que fazemos é entrar em contato com essas mulheres, perguntar se está tudo bem, qual o motivo da ausência, e anotamos tudo em planilhas.

Formas de continuidade da atuação das PLPs

O grupo de PLPs DF consegue acessar muitas lideranças comunitárias. Ou as mulheres já são lideranças comunitárias antes de se tornarem Promotoras Legais Populares e após o curso continuam com esses papéis, ou começam a ocupar esse lugar após o curso. De todo modo, as mulheres formadas nas PLPs viram referência para as mulheres de seu convívio, sendo procuradas para dar informações, conselhos, auxiliar conflitos e dar palestras.

Por exemplo, nossa facilitadora Laerzi, ela é PLP da turma de 2006, e é referência na rede de proteção às mulheres na região de Samambaia onde reside, promove encontros anuais com mulheres vítimas de violência na região e ocupa uma cadeira no Conselho da Mulher do Distrito Federal.

Rosa Maria também é PLP há muitos anos, mora em Águas Lindas de Goiás, é referência para a comunidade e em 2019 conseguiu levar o curso de PLPs para a cidade. Rosa Maria é sempre convidada para falar em escolas e em outras regiões do DF. Em 2020 fizemos uma

parceria com o TJDFT do Núcleo Bandeirantes para realizar rodas de conversas pontuais com mulheres da região. O delegado de Brazilândia também nos convidou para atuação similar nesta localidade.

Dona Fátima, é liderança comunitária no Sol Nascente, coordena a Associação de Mulheres Guerreiras e está sempre organizando almoços, jantares, palestras e doações para sua comunidade. Ela já era liderança antes das PLPs, se formou em 2019, e sempre convida as demais PLPs para participarem de seus eventos, e o grupo de PLPs sempre comparece.

Em 2019 tivemos cursistas pastoras em Ceilândia e em Águas Lindas de Goiás, que levavam para suas comunidades o que era aprendido no curso também. No primeiro encontro em Águas Lindas de Goiás, uma disse: “eu sou pastora, as mulheres da minha comunidade estão apanhando demais, demais mesmo, e eu vim aqui aprender o que é que eu preciso passar de informação pra elas”.

Nós acompanhamos as atuações de Laerzi, Rosa Maria, Dona Fátima e demais PLPs, pois, estas nos informam em nossos grupos de WhatsApp. Nem todas as atividades são avisadas, algumas atividades pessoais elas avisam de forma espontânea, mas as atividades que são desenvolvidas, enquanto Promotoras Legais Populares, há uma construção coletiva de todo o grupo a respeito. Mas não temos nenhum registro muito estruturado sobre isso.

Com a Pandemia não conseguimos realizar nossas formações e nossos cursos, mas nos mantemos articuladas e ocupando o espaço da internet. A atuação do grupo fica prejudicada, pois, ser Promotora Legal Popular consiste na educação popular, no encontro, nas trocas e acolhimentos, que ficam extremamente limitados no ambiente virtual.

Avaliação de Impacto e coleta de dados

Formamos 595 multiplicadoras em 15 anos de atuação.

Nossa coleta de dados existe, mas ainda é incipiente. Não temos uma avaliação completa do impacto do curso na vida de todas as mulheres que participaram.

Coletamos dados das cursistas no início do curso, no formulário de inscrição. Fazemos uma avaliação no meio de cada curso para vermos o que está incomodando as cursistas e o que pode ser melhorado. Anotamos em planilha os motivos que as mulheres nos dão por abandonar o curso. Não produzimos nenhuma avaliação ao final do curso com as cursistas. Recebemos muitos feedbacks positivos nas redes sociais e nas formaturas, mas nada registrado em documentos ainda.

E temos nosso blog com registros bem ricos. A cada encontro as cursistas se voluntariam para escrever uma relatoria sobre aquele momento, com impressões, sentimentos e informações. Tem relatorias em formato de texto, poemas, desenhos.

Todo final de ano fazemos reuniões de avaliação do grupo de facilitação para vermos onde falhamos e o que precisamos melhorar. Temos isso registrado em nossas atas.

Em 2018 foram gravados depoimentos de uma representante de cada turma de PLPs no DF para constituir acervo da memória de nosso projeto.

Possuímos informações sobre o perfil social apenas de algumas turmas, mas não de todas.

Considerações finais

A educação popular continua fundamental, principalmente neste momento de ataque à educação, ataque à produção de conhecimento, de ataque a direitos, ataque a princípios de cidadania, de solidariedade e mesmo o ataque a Democracia. O que se entende como trabalho de base sempre foi fundamental e continua com essa importância atualmente.

O movimento feminista é importante força no enfrentamento aos interesses da sociedade patriarcal, sustentada pelo dinheiro dos grandes empresários que disparam notícias falsas e controlam mídia, o senso comum, os meios de produção e infelizmente ainda controlam nossas vidas e corpos.

Vivemos uma realidade em que pesquisa publicada no El País, em março de 2020, mostra uma possível reeleição de Bolsonaro em 2022. E Bolsonaro tem se sentido forte o suficiente para convocar manifestações para fechar Congresso e STF, e, para articular que esse golpe de endurecimento de governo aconteça.

Soma-se a isso os dados de violência contra as mulheres: 1.310 feminicídios no Brasil em 2019. Um estupro a cada 11 minutos. Uma agressão a cada 5 minutos. Então, como sempre as mulheres precisam se organizar, partilhar informações e afeto e construirmos juntas a realidade que queremos. Precisamos criar no micro espaço, que dos deem força, perseverança, ferramentas e articulação para criarmos uma outra realidade macro, menos violenta e menos desigual.

A Pandemia do Covid 19 vem como um catalizador de todas as mazelas do país: violência, desemprego, exploração das trabalhadoras e trabalhadores, desrespeito de direitos, aumento do autoritarismo. Precisamos ocupar espaços de forma articulada, aprender umas com as outras, construirmos juntas, nos fortalecermos para não adoecermos diante dessa realidade caótica, violenta e dura que enfrentamos.

Formação

DE PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ

Cristiane Brandão, Mariana Assis Brasil,
Mariana Trotta Dallalana Quintans e Thuane Nascimento



Introdução e Histórico

Sensibilizadas com a relevância e a potência do Curso de Promotoras Legais Populares, professoras da Faculdade Nacional de Direito (FND/UFRJ), com militantes do movimento feminista e profissionais da rede de atendimento às mulheres no Rio de Janeiro, elaboraram a proposta de curso de extensão de formação de promotoras legais populares (PLPs) na Faculdade de Direito da UFRJ. O curso teve início no segundo semestre de 2016 e já formou mais de 300 mulheres em sete turmas. O curso foi pensado em diálogo com a União de Mulheres de São Paulo tendo como referência o trabalho desenvolvido de formação de Promotoras Legais Populares e pela ONG e pela ONG Themis.

O objetivo do curso é o da formação de lideranças, mulheres com capacidade de orientar e multiplicar, em sua comunidade, o acesso à justiça. A Constituição Federal e os marcos legislativos nacionais e internacionais de emancipação e de enfrentamento à violência e à discriminação de gênero são entendidos como instrumentos fundamentais para o exercício pleno da cidadania, e não mecanismos exclusivos de juristas. Por princípio, comprehende-se que, ao fortalecer subjetivamente as mulheres (nas dimensões de raça, etnia, classe, orientação sexual, identidade de gênero, condição etária etc.), fortalecemos também sua atuação política. Como ação afirmativa e na compensação das situações historicamente marcadas pelo desequilíbrio nas questões generificadas, busca-se a aceleração do processo de construções de igualdades numa perspectiva interseccional.

Nesse período de pandemia da COVID-19, com a suspensão das atividades presenciais acadêmicas da UFRJ, os encontros do curso também foram suspensos. A avaliação é que o

curso, pautado na educação popular feminista e que envolve, além de trocas de conhecimento, trocas afetivas, escuta, olho no olho e acolhimento, não tem condições de ser realizado de forma virtual. Muitas mulheres procuram o curso por terem sofrido algum tipo de violência e esperam que o mesmo, para além do espaço de trocas teóricas e práticas, seja um espaço de sororidade e fortalecimento.

Nesse sentido, as aulas ficarão suspensas até que exista a possibilidade de retorno às atividades presenciais. Entretanto, a coordenação está organizando, para esse período de isolamento social, encontros virtuais com as mulheres que já concluíram o curso, procurando construir espaços de troca remota entre as Promotoras Legais Populares formadas na FND/UFRJ e de aprofundamento dos debates sobre a violência contra as mulheres e a rede para o enfrentamento.

Seleção de participantes e articulações locais para realização dos cursos

A cada semestre é aberta nova turma do curso a partir de edital público, dividindo 75 vagas, que são ofertadas da seguinte forma: um terço para estudantes de Direito da UFRJ, e dois terços para mulheres de movimentos sociais mistos, feministas e mulheres em geral. Além dessas vagas, 6 vagas são destinadas a advogadas indicadas pela OAB-Mulher do Rio de Janeiro.

A seleção é feita pela coordenação do curso (professoras da FND/UFRJ e monitoras) e leva em consideração critérios de raça, orientação sexual, escolaridade, local de residência e justificativa da candidatura. Dessa forma, o projeto procura garantir a diversidade étnico-

racial, LBTQIA+ e de distribuição geográfica pelos bairros do Rio de Janeiro e mesmo de municípios próximos. Essa heterogeneidade é fundamental para as trocas de conhecimento entre as educandas e as facilitadoras do curso. É possível notar pela experiência acumulada que, quanto mais plural a turma, mais ricas as trocas e sínteses no processo educativo.

Cada uma das mulheres que se inscreve possui trajetória própria e motivos diferentes. Como já mencionado, muitas chegam ao curso por já terem sofrido algum tipo de violência, outras procuram no curso espaços de intercâmbios e acúmulos sobre as lutas feministas, outras o compreendem como forma de capacitação para atuação na rede de atendimento às mulheres.

Até o final de 2019, formaram-se mais de 300 PLPs, em sete turmas, o que projeta uma média de 45 mulheres/turma, das mais variadas autoidentificações: mulheres negras, brancas, indígenas, lésbicas, hetero, pansexuais, cisgêneros, transexuais, não binárias; mulheres que não possuem ensino médio completo ou que só cursaram até o ensino fundamental; mulheres estudantes, graduadas e pós-graduadas de diversas áreas; mulheres moradoras de diversas localidades do Rio de Janeiro, inclusive favelas e periferias da capital, mulheres profissionais que atuam na rede de atendimento e mulheres vítimas de violência.

Método Pedagógico/didática e conteúdo

As turmas são abertas semestralmente com encontros presenciais semanais que ocorrem na faculdade de direito pela noite. A formação é estruturada tendo como base os seguintes eixos temáticos: patriarcalismo e manifestações de violência; ditadura e gênero; mulheres



na constituinte de 1988; gênero e diversidade sexual; gênero e raça; gênero e mundo do trabalho; mulheres encarceradas; mulheres, crime e loucura; gênero, segurança pública e direito à cidade; saúde e direitos sexuais e reprodutivos; Lei Maria da Penha e tipos de violência; acesso à justiça e rede de atendimento e correntes feministas.

O curso de Promotoras Legais Populares tem também esse papel de apresentar os estudos de gênero e análises sociais já trabalhados teoricamente por pensadoras de diversas áreas do saber, para que, junto às experiências diversas de cada mulher com seu conhecimento cotidiano, seja percebido como a vida de cada uma é uma projeção do coletivo. Resulta, assim, na potência do curso: experiências compartilhadas junto aos conhecimentos contextualizados e interseccionalizados¹ produzem estratégias e formas de luta para fortalecer a trajetória de cada educanda e toda disputa coletiva que carregam com elas.

Dessa forma, o curso tem como proposta metodológica a educação popular feminista, estimulando a troca de conhecimento por meio da interação dialógica, tendo como referência as reflexões de Paulo Freire e bellhooks. Para cada tema são convidadas uma, duas ou até três facilitadoras. As facilitadoras convidadas são profissionais ou militantes que tenham reflexão teórica e/ou atuação prática no tema do encontro. Alguns encontros também são facilitados pelas coordenadoras e monitoras. Os encontros são iniciados com

¹Hooks, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16, Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

as reflexões das facilitadoras e, posteriormente, é aberto o espaço para questionamentos e contribuições das educandas. Dependendo do perfil das facilitadoras, a dinâmica dos encontros se altera. Em alguns, a fala inicial feita pela facilitadora é mais expositiva, em outros encontros, a facilitadora mobiliza recursos como exibição de documentários ou o desenvolvimento de dinâmicas que estimulem a participação das educandas, ampliando o espaço de trocas.

Ao final de cada semestre, é realizada uma avaliação pelas concluintes. O interesse não é avaliar o “progresso” ou “evolução” das mulheres, e sim identificar a relação que cada uma estabeleceu com o curso. Em geral, as educandas têm apontado a grande relevância do curso em suas vidas. Dos relatos, é possível notar que o curso tem sido um importante espaço de fortalecimento e de formação de redes de solidariedade. O curso também tem cumprido o papel de impactar a formação das estudantes de Direito na perspectiva de gênero. Tem contribuído, igualmente, na sensibilização e no aprofundamento das reflexões feministas das demais profissionais.

Estratégias de sustentabilidade

Trata-se de um projeto de extensão universitária que utiliza a estrutura da faculdade de direito da UFRJ. Possui uma bolsa de extensão que permite o acompanhamento e suporte do curso por uma monitora, estudante de graduação. O curso conta com a parceria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ), comissão das mulheres, que tem garantido o pagamento de passagem aérea de duas facilitadoras, da União de Mulheres de São Paulo, que desde o princípio tem contribuído com nosso curso.

Formas de continuidade da atuação das PLPs

Após a conclusão do curso as mulheres continuam articuladas em rede com o curso e com as demais educandas por meio de redes sociais (um grupo de facebook, que congrega a maioria das PLPs, e os grupos de whatsapp criados para cada turma). Por esses canais de comunicação a coordenação do curso continua em contato e acompanhando a atuação das promotoras legais populares em seus territórios, nos espaços de atuação profissional e mesmo na faculdade de direito (no caso das estudantes da própria faculdade).

Utilizando esses canais, fizemos nesse período da pandemia um levantamento das ações nas quais as PLPs estão envolvidas. Identificamos mulheres envolvidas em ações de solidariedade em seus territórios e em outras favelas, com distribuição de cestas básicas e equipamentos de proteção. Uma das PLPs está envolvida no projeto “Fazendo mágica com tecido”, confeccionando máscaras que já foram distribuídas gratuitamente para várias pessoas de territórios vulneráveis. Outras estão envolvidas na ação “Quem cuida de quem cuida”, desenvolvida por uma rede de apoio às favelas, que tem distribuído equipamento de proteção a militantes, além de promoverem orientação jurídica e psicológica aos moradores e moradoras desses territórios. Outras mulheres têm realizado ações artísticas em suas comunidades, como com grafite, além de uma PLP envolvida no projeto “Ler e saber nas comunidades”.

Também identificamos a participação direta de PLPs em ações voltadas exclusivamente para mulheres, como na articulação “Coletes rosas”, coletivos de advogadas populares feministas que atuam no Rio de Janeiro; na Rede de apoio do projeto Justiceiras (que presta

assessoria jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência); e na ação social mulher, página no facebook que apresenta conteúdo de orientação jurídica às mulheres. No dia 05 de agosto, será realizado um encontro virtual entre as PLPs para troca dessas experiências e de continuidade de mapeamento das ações que têm sido desenvolvidas pelas companheiras formadas pela FND/UFRJ.

Considerações Finais . Caminhos para pós-pandemia

Em que pese se deva ter muito cuidado em relação aos dados apresentados sobre violência doméstica e feminicídio durante a pandemia, tendo em vista que ainda se trata, no Brasil, de curto período de tempo para a coleta de estatísticas, já é possível afirmar que houve aumento no número de agressões praticadas contra mulheres, resultando, inclusive, em feminicídio.

Sobre isso, pesquisa realizada no Rio de Janeiro explica que “interpretar dados em um cenário sem precedentes requer maior cautela e sensibilidade”. Ressalta que dois aspectos devem ser salientados para a análise da violência de gênero: 1. tanto temporal quanto espacialmente, o isolamento social, abrange mais ou menos pessoas, pois a adesão à quarentena não é linear no tempo, nem homogênea; 2. não é somente possível como provável que os registros de crimes nas delegacias de polícia tenham sido afetados neste período, por, pelo menos dois motivos, o receio de a vítima se expor a uma situação de contágio do vírus, e a impossibilidade de a vítima sair de sua residência pela presença e controle do agressor.²

²In <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/monitor/>

Embora o lar devesse ser, e para alguns obviamente o seja, um lugar inviolável, desde o fim da década de 1960 as teorias feministas denunciam que a casa é também o lugar mais conveniente para os crimes de violência doméstica, cuja objetificação e apropriação do gênero são tão peculiares. Imaginemos agora um momento histórico em que o imperativo é manter-se em casa, com seus familiares, o que significa para tantas mulheres, com seus agressores. Está montado o pano de fundo para o aumento considerável dos casos de violência doméstica contra a mulher.

Apesar, então, da cautela que se considera importante em relação aos registros, entende-se também que não podem ser ignorados, ainda mais quando, antes da pandemia de corona vírus, o Brasil já se destacava mundialmente pelos altos índices de violência doméstica.

Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) afirma que os casos de feminicídio cresceram 22,2%, entre março (mês em que foi decretado o isolamento social) e abril deste ano, em 12 estados do Brasil, comparativamente ao ano passado. Intitulado *Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19*, o documento foi divulgado em 01.06.2020 e tem como referência dados coletados nos órgãos de segurança dos estados brasileiros.³

³In <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>



Nestes meses o número de feminicídios subiu de 117 para 143 e, segundo o relatório, o estado em que se observa o agravamento mais crítico é o Acre, onde o aumento foi de 300%. Também tiveram destaque negativo o Maranhão (166,7%), e Mato Grosso (150%). Os números caíram em apenas três estados: Espírito Santo (-50%), Rio de Janeiro (-55,6%) e Minas Gerais (-22,7%).

Em comunicado à imprensa, a entidade novamente torna públicos registros que confirmam queda na abertura de boletins de ocorrência e isso pode parecer paradoxal. Contudo, tal fato demonstraria a maior vulnerabilidade da mulher nesse momento unida à dificuldade de conseguir acessar formas de proteção, o que acaba redundando no trágico desfecho dos aumentos dos números de feminicídio.

Os fatores que explicam essa situação são a convivência mais próxima dos agressores, que, no novo contexto, podem mais facilmente impedi-las de ir a locais que prestam socorro a vítimas, como centros de referência especializados, ou, inclusive, de acessar canais alternativos de denúncia, como telefone ou aplicativos. Por essa razão, o delito de violência doméstica mantém na pandemia sua natureza histórica de subnotificação.

É por conta de todo este cenário, neste momento de recrudescimento de violências contra a mulher no Brasil, que parece que se tem igualmente de recrudescer as formas de resistência contra todo e qualquer tipo de agressão contra ela, fundamentalmente a mais grave de todas, o feminicídio.

Se no contexto anterior, já era imprescindível a educação jurídica popular no sentido de que as mulheres pudessem socializar seus conhecimentos acerca do tema e multiplicar cidadania acerca de todos os temas em seus territórios, em um momento em que há maior propensão e invisibilidade da violência contra a mulher isso se faz ainda mais urgente. Somente dessa maneira é que conseguiremos evitar que ocorram agressões de todas as espécies e que as vozes dessas mulheres sejam ouvidas ainda que estejam confinadas entre quatro paredes com seus agressores. De outra maneira, os números só aumentarão e o Brasil, em 2020 ficará mundialmente conhecido não só pelos enormes números de vítimas da Covid-19, infelizmente.

Por isso, é fundamental o fortalecimento da articulação das redes de promotoras legais populares e os canais de divulgação e diálogo com as mulheres na luta contra todas as formas de violência. E, é nesse sentido que o curso de extensão de formação de promotoras legais populares está procurando atuar nesse momento de pandemia e pensando suas ações para o pós-pandemia.

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES
da Fronteira Trinacional

O desafio de combater a

Violência

contra as mulheres nas cidades de fronteira
Danielle Araújo e Elza Mendes¹



A primeira turma do curso de Promotoras Legais Populares da Fronteira formou-se no final de 2019. O curso, que aconteceu em Foz do Iguaçu, de março a setembro desse ano, nasceu da iniciativa de lideranças comunitárias e docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana-UNILA.

Após alguns meses de pesquisa bibliográfica, consultas² e do conhecimento da estrutura do curso de Promotoras Legais Populares nos demais Estados brasileiros e países latino-americanos, iniciamos a nossa proposta. Desde o princípio, ficou claro que o curso de Promotoras Legais Populares na cidade de Foz do Iguaçu não poderia desconsiderar a realidade de uma cidade fronteiriça. As cidades da fronteira devido à ausência de sistemas integrados de comunicação e vigilância, tornam-se espaços propícios para impunidade quando os países são usados como rotas de fuga. Construir um curso tendo como base a integração entre as fronteiras não é um desafio menor, tendo em vista que os marcos legais e jurídicos dos países não oferecem um terreno fértil para esse tipo de trabalho. Por outro lado, construir ações educativas desconsiderando a fronteira seria dar início a uma proposta de trabalho deficitária que não atenderia às necessidades da região. Portanto, tínhamos clareza que os primeiros passos precisavam ser dados, até mesmo para evidenciar a necessidade de trabalho conjunto, pois se as práticas de justiça e integração aparecem como algo difícil nas regiões de fronteira, o mesmo não pode ser dito para as ações ilegais e criminosas que se encontram plenamente estabelecidas e conectadas.

¹O curso foi organizado pelas professoras da UNILA, Danielle Araújo, Valdilena Rammé e Elza Mendes, Educadora Popular. Recebemos o apoio do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História - ILAACH, que foi responsável pela certificação da primeira turma.

²Participei do encontro em São Leopoldo em 2018, Simpósio Internacional Desigualdades, Direitos e Políticas Públicas e uma visita a sede da ONG Themis em Porto Alegre.
Agradeço o apoio de Renata Jardim.

Há vários desafios em estruturar e organizar o curso de Promotoras Legais Populares na Fronteira. O curso precisava compor uma carga horária equivalente ao que tem sido feito nos demais estados, pois estender o curso poderia nos levar a correr o risco da evasão excessiva. A questão latente era: como compor o curso considerando a realidade das cidades de fronteira?

A primeira opção foi incentivar as mulheres das três nacionalidades a fazerem o curso, o que muitas vezes é difícil tendo em vista a dificuldade de deslocamento de uma cidade para a outra. A fronteira trinacional, composta pelas cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, Ciudad del Este, no Paraguai e Puerto Iguazu, na Argentina, apesar de serem cidades gêmeas³, tem suas pontes marcadas sazonalmente por um intenso tráfego de veículos que pode dificultar o acesso entre as cidades. Outra forma de realizar o curso de Promotoras Legais na fronteira seria deslocar profissionais das demais cidades fronteiriças, para darem aula sobre os órgãos governamentais que trabalham com o tema da violência contra a mulher dos seus países. E uma outra maneira ainda mais eficiente, seria realizar o curso de forma paralela nas cidades que compõem a fronteira, ou em períodos distintos. Esse projeto ainda está em nosso horizonte.

Com a primeira turma, construímos uma proposta mista, isto é, incentivar mulheres de outros países a participarem do curso e ao mesmo tempo convidar algumas profissionais das cidades da fronteira para estarem conosco em Foz.

³Segundo o Ministério da Integração Nacional, serão considerados cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, integrada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar a unificação da malha. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidades_gêmeas



A estruturação do curso foi gradual. Inicialmente, construímos um site em que foi divulgado o seu funcionamento: conteúdo programático, carga horária e o corpo docente. No site, a escolha da composição das cores e da nossa logomarca — a imagem de um pássaro tecido a mão em diferentes cores — foi aos poucos construindo nossa identidade. A plataforma do site também serviu como modelo de apresentação e explicação sobre a proposta do curso e a ação das promotoras legais populares. Os primeiros contatos com o poder público local foram feitos, no sentido de apresentar a proposta e solicitar apoio. Fizemos aproximadamente quatro reuniões com órgãos municipais. A primeira foi com a Secretaria de Direitos Humanos e Relação com a Comunidade, logo em seguida com a Secretaria de Assistência Social, o Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência, o CRAM, com a Conselho da Mulher, a Coordenação da Patrulha Maria da Penha e com o Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu.

Nossa pretensão era realizar o curso no auditório do CRAM, aos sábados, mas infelizmente não foi possível devido ao não funcionamento da instituição nos finais de semana.

Com um ofício endereçado à Secretaria do Meio Ambiente, conseguimos o auditório do Bosque Guarani - um espaço de aproximadamente 60 lugares, próximo ao terminal de ônibus, com uma pequena cozinha. Ideal para a realização das nossas aulas.

Apesar de não termos recebido nenhum tipo de apoio logístico do município para impressão dos cartazes e panfletos, foi extremamente válida nossa articulação em torno do poder local no sentido de explicar e apresentar a proposta do curso das promotoras aos gestores municipais. O processo seletivo da primeira turma consistiu em inscrição e entrevista feita de forma individual, por docentes convidadas da UNILA. Também foi válido acionar a mídia local, o jornal impresso, as rádios e as emissoras de TV, que ajudaram muito em difundir a realização do curso em toda a cidade. Após essa primeira etapa, partimos para a realização do curso propriamente dito.

Na aula inaugural, contamos com o apoio de duas importantes companheiras feministas, a escritora Moema Viezzer e a advogada Maria Cecília Ferreira, ambas da cidade de Toledo. O fato da primeira turma estar organizada e coordenada por professoras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, fez com que as estudantes dessa instituição fossem as primeiras a despertar interesse.

Nessa primeira turma, tivemos estudantes do Paraguai, Argentina e da Nicarágua. Lamentavelmente, devido às dificuldades de acesso, por causa do trânsito nas pontes, ou devido a problemas de ordem financeira para o transporte até o local do curso, nem todas as estudantes dos países vizinhos conseguiram concluir. Para a primeira turma foram selecionadas 40 mulheres.

O curso de Promotoras Legais Populares transcorreu num clima de muita cooperação entre as estudantes. As professoras eram todas profissionais que trabalham diretamente no enfrentamento à violência contra a mulher. Apesar de as aulas terem muito conteúdo teórico, o contato direto com as profissionais da rede de atendimento à mulher em

situação de violência, as psicólogas, o juiz, as advogadas, o promotor, entre outros, foi importante para aproximar a realidade da vida dessas mulheres com a esfera institucional.

Na minha condição de professora da UNILA, onde os temas da integração ocupam sempre um espaço central nas discussões internas, identifiquei de forma muito nítida o quanto o curso provocava um espaço de integração interpessoal com a esfera do poder público das cidades. Havia também a integração entre as diferentes realidades; estudantes universitárias e mulheres que não participavam da vida acadêmica.

As mulheres, ao passo que conheciam o sistema judiciário e a realidade do funcionamento das Redes de Atendimento, também reflexionavam sobre a realidade na sua cidade de origem e revisitavam suas feridas internas; histórias particulares de violência ou de outras companheiras foram compartilhadas e discutidas.

Para as estudantes da UNILA, mesmo para as jovens que já residiam na cidade, o contato direto com os gestores de alguns espaços foi importante para estabelecer laços e para poder até mesmo relatar situações particulares de violência, e apontar de forma mais objetiva as possíveis fragilidades da Rede de Atendimento. Os profissionais que voluntariamente cediam uma tarde das suas vidas transmitindo informações e experiências, nos percebiam como possíveis agentes de transformação, que podiam ajudar na transmissão de informações para as mulheres.

O curso transcorreu com muita tranquilidade, para algumas companheiras, o conhecimento sobre a operacionalidade do sistema de justiça foi algo novo, para outras, conhecer as diversas facetas dos casos de violência foi assustador.

A partir do terceiro mês, começamos a discussão sobre a realização da formatura e a necessidade de levantar recursos para alugar o salão, impressão dos convites etc. Nesse mesmo período, também iniciamos a discussão sobre a necessidade de se criar uma estrutura que pudesse garantir a continuidade do curso e dar suporte a ação das Promotoras nas cidades: a Associação de Promotoras Legais Populares da Fronteira.

Depois de algumas semanas de discussões, enfim, chegamos à conclusão que a realização de um bingo seria a melhor ação para conseguir angariar recursos. A ideia era pedir doações de produtos para a realização do bingo. Além de vender as cartelas, também poderíamos vender salgados e bebidas durante a atividade. A estratégia foi montada e enfim chegamos ao dia do bingo, que foi um verdadeiro sucesso. Foi realmente surpreendente perceber o empenho de algumas companheiras. Uma expert sobre a condução do bingo foi imprescindível. Algumas companheiras cuidaram do suporte em decorar, tematizar, produção de cartazes para a divulgação; outras na produção dos alimentos; outras ainda estavam no suporte, saindo para comprar coisas, pessoas vendendo os produtos. Mesmo aquelas que não puderam ajudar propriamente nas tarefas não deixaram de comparecer com familiares e amigos. Muitos dos nossos professores estiveram presentes e o encontro nesse momento foi algo especial. Uma das companheiras conseguiu equipamento de som e ela mesma foi nossa cantora. No final, vozes e talentos se uniram numa grande roda. Foi um trabalho de equipe que mostrou o potencial daquele grupo de mulheres.

Infelizmente, não conseguimos caminhar com o mesmo vigor para a construção da Associação, apesar das inúmeras reuniões. Nem todas conseguiam caminhar no mesmo passo. Entretanto, o grupo tinha consciência da importância da Associação na continuidade da proposta.



Passado algum tempo, vejo que coube à primeira turma de Promotoras Legais Populares inúmeras tarefas que eram desafiadoras e ao mesmo tempo difíceis de serem cumpridas. É certo que, em meio a esses desafios, os interesses de cada uma das integrantes nem sempre estavam alinhados. O primeiro desafio dessa primeira turma foi dedicar-se ao desconhecido, tendo em vista o caráter inovador da proposta na fronteira. Essas mulheres dedicaram um tempo das suas vidas, para conhecer e discutir temas dolorosos a cada uma e de diferentes formas.

Após a formatura, por causa do cansaço ou pelos encaminhamentos habituais do final de ano, não conseguimos estruturar um espaço de atendimento à mulher, no Centro Comunitário, conforme foi proposto.

O ano de 2020 reservava várias ações: a criação do Serviço de Informação à Mulher, a estruturação da Associação e a continuidade do curso de formação. Essas atividades seguiram pendentes no período das férias, janeiro e fevereiro. Em março, em meio à divulgação da segunda turma e início do processo de seleção, fomos surpreendidas pela covid-19, e a necessidade de isolamento social. Dessas atividades, as únicas que estavam bem encaminhadas eram o curso e a legalização da Associação. Os documentos foram levados ao cartório e precisam serem revisados. Quanto ao curso, já havíamos feito a divulgação e as inscrições foram concluídas. Entretanto, faltavam as entrevistas e todos os trâmites do nosso processo seletivo que este ano, excepcionalmente, seria realizado numa sala do Fórum. Quanto ao local da realização das aulas, conseguimos um espaço na Associação de bairro do Parque Imperatriz.

A chegada da pandemia foi vivida como muita insatisfação e ao mesmo tempo suspeita quanto à continuidade do curso, pois com a primeira turma desmobilizada e as dificuldades de encontros presenciais, tudo poderia levar ao naufrágio da proposta.

Tivemos que nos reinventar e chegamos à conclusão de que, se a violência contra a mulher não parava de aumentar durante a quarentena, nossa luta não poderia esmorecer. Retomamos todo o processo. Os contatos e a marcação das entrevistas por telefone e vídeo-chamadas foram agendadas e realizadas. Escolhemos o aplicativo para a realização das aulas. A divulgação da lista das selecionadas foi publicada. Atualmente, temos uma turma montada com cerca de 38 mulheres. O curso on-line acontecerá todos os sábados, das 13:30 às 17:30. Os professores estão sendo consultados quanto a sua disponibilidade. Um guia explicativo de toda a proposta do curso on-line foi organizado.

O curso prevê a realização de aula expositiva de aproximadamente 40 minutos a 1 hora. Logo em seguida, partiremos para o debate e as perguntas das mulheres. Neste formato de curso, estaremos trabalhando com o relato de um estudo de caso, que consiste em ouvir e refletir sobre um caso verídico que poderá ser relatado pela mulher em situação de violência ou relatado por alguma companheira que já o vivenciou de forma indireta.

A realização do curso on-line não dispensa a realização das visitas à rede de atendimento às mulheres em Foz do Iguaçu, mas esta parte prática será realizada posteriormente. Nesta versão de curso on-line, teremos a oportunidade de contar com a presença de companheiras dos outros países. Também podemos usar com mais propriedade filmes e documentários que estejam relacionados ao tema dos encontros.



O curso on line apresenta-se como um novo desafio quando mal tínhamos avaliado os êxitos e problemas da primeira experiência. Não faltam dúvidas sobre até que ponto conseguiremos manter coesão e se a falta do contato interpessoal presencial pode interferir na apreensão do conhecimento e compromisso das promotoras.

De toda forma, carregamos a certeza de que segue imperativa a necessidade de ampliar as discussões e construir espaços de diálogo e mobilização social. Estamos certas de que é por meio da manutenção do diálogo e do debate permanente, que exercitamos a nossa cidadania e lutamos pelos direitos das mulheres. A união das mulheres nas cidades de fronteira é uma das ações mais importantes para coibir práticas violentas e criminosas. Lutar por uma política que possa construir um Protocolo Trinacional de Atendimento às mulheres em situação de violência, apresenta-se como um desafio de luta para o coletivo da Promotoras Legais Populares da Fronteira. Os desafios não são poucos.

No que concerne a um contexto geopolítico global, observamos um acirramento de posições contrárias, por um lado, a ascensão de grupos fascistas de ultradireita e, de outro, a nossa luta permanente pela democracia. Se em termos político os grupos se dividem e organizam-se entorno de partidos e alianças espúrias, no contexto cotidiano da vida, observamos um genocídio declarado contra os mais pobres e toda a cadeia de pessoas historicamente vulnerabilizadas. Há um ódio destrutivo, uma ira incontrolável que se traduz em posições machistas, racistas, misóginas, xenófobas e toda laia de posturas e

sentimentos vis que tanto têm nos assustado nos últimos meses. Em países marcados por desigualdades econômicas e, consequentemente, sociais, em que a ardência das cicatrizes escravocratas ainda está presente, posturas intolerantes tem efeitos catastróficos, podendo resultar no massacre de milhares de pessoas.

No Brasil, o governo do presidente Jair Bolsonaro apresenta-se como uma ameaça ao Estado democrático de direito e às populações historicamente excluídas. Diariamente, observamos atitudes de descaso com a saúde pública, com a educação e busca obsessiva em minar os direitos da classe trabalhadora. Sua postura intolerante e autoritária reverbera na sociedade e há uma explosão de condutas violentas em todos os níveis, violência que fica ainda mais pesada na mão que violenta e opõe as mulheres. Diante de tantos absurdos e desmandos de um governo fascista e genocida, a luta das mulheres apresenta-se como um compromisso com a cidadania. Lutamos por nós mesmas, pelas gerações futuras, pela democracia, pela necessidade de ampliar espaços de debates e construir políticas públicas que levem em consideração a necessidade das pessoas por condições dignas e poder viver sem medo. Acreditamos que precisamos prosseguir e reunir cada vez mais e mais mulheres dispostas a lutar, nosso horizonte é a utopia.

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES:

workshop

desafios de agora e no pós-pandemia entre teoria e prática



O Workshop Promotoras Legais Populares: desafios de agora e no pós-pandemia entre teoria e prática¹ foi idealizado com o intuito de reunir organizações brasileiras com experiências consolidadas na formação e acompanhamento de Promotoras Legais Populares, em um espaço que permitisse compartilhar erros e acertos, novas e antigas estratégias, leituras sobre o contexto atual, bem como traçar futuros caminhos possíveis para atuação. Para tanto, a metodologia do encontro foi desenhada de modo a possibilitar um aprofundamento teórico e prático sobre as experiências da formação e da atuação das Promotoras Legais Populares. A proposta metodológica contou com o apoio de consultoras especializadas, que em conjunto com a equipe da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos, traçaram as bases para a atividade.

Foram selecionadas 10 organizações que atuam na formação com Promotoras Legais Populares no país. Estas foram definidas a partir de um conjunto de critérios estabelecidos previamente, sendo eles:

- distribuição geográfica no Brasil, a fim de evitar concentração de instituições em algumas regiões em detrimento de outras;
- continuidade e solidez do trabalho de formação de Promotoras Legais Populares;
- existência de acompanhamento da atuação das Promotoras Legais Populares depois de formadas e;
- formação e atuação que contemplassem a temática de gênero e justiça.

Foi definido, ainda, a possibilidade de inclusão de outros programas que não utilizam o nome “Promotoras Legais Populares”, desde que houvesse similaridade na metodologia, objetivos e identidade do projeto.

¹Parte deste texto é fruto da relatoria elaborada por Michely Ribeiro.
O relatório completo foi disponibilizado a todas as participantes.

Dessa maneira foram convidadas a participar do Workshop as seguintes organizações: Geledés - Instituto da Mulher Negra (SP), União de Mulheres de São Paulo (SP), Universidade de Brasília (DF), Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria - CECA (RS), Centro Dandara de Promotoras Legais Populares (SP), Grupo Mulher Maravilha (PE), Fundação de Direitos Humanos Margarida Maria Alves (PB), Faculdade Nacional de Direito-UFRJ (RJ), Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA (PR) e Promotoras Legais Populares formadas pela Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos (RS).

A programação do Workshop buscou contemplar espaço para fala de todas as participantes, gerar trocas de experiências através de dinâmicas em grupos, além de contar com momentos de cuidado, com exercícios de enraizamento e relaxamento. O cuidado e a verbalização dos sentimentos e reflexões do vivido por cada uma foi uma preocupação permanente ao longo dos três ciclos, compreendendo a complexidade das situações impostas pela pandemia do novo coronavírus. Nessa perspectiva, o aumento da insegurança e a precarização das condições de vida foi expressado por essas mulheres, as quais pautaram a necessidade de buscar estratégias coletivas para saída da crise.

As falas trouxeram o cansaço físico e mental, vivido pela sensação de exaustão, frente a realização de muitas tarefas no trabalho, a intensidade da vida pessoal e a impossibilidade de descanso visto ao acúmulo de notícias ruins, como o número de mortes causado pela covid-19 no Brasil. A ansiedade e angústia foi um sentimento também verbalizado, diante da crise política do país e a necessidade de dar respostas a ela. As denúncias de racismo que tomaram os noticiários do mundo todo, com a forma do governo de atuar com truculência

e violência para com a população foram também pontuados pelas participantes, revelando um sentimento de urgência de construção de alternativas frente a atual conjuntura. Ao mesmo tempo o entusiasmo, a expectativa e esperança foram também citados pelas participantes, que reforçaram a importância do encontro entre Promotoras Legais Populares, da certeza da força da construção coletiva de alternativas.

O Workshop contou com aportes importantes de diferentes convidadas, as quais enriqueceram as discussões. O primeiro Ciclo contou com a participação de Maria Sylvia Aparecida de Oliveira e Denise Dourado Dora, que contribuíram com a análise de conjuntura atual e os reflexos desta na atuação das Promotoras Legais Populares. No segundo Ciclo, Talita Rampin e Maria Laura Romerk, Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e do entorno, contaram sobre as estratégias adotadas pelo grupo para manter o cuidado e apoio as Promotoras Legais Populares e as mulheres em situação de violência no período de distanciamento social imposto pela pandemia. Neste dia, Luana Pereira da Costa conduziu a apresentação da sistematização dos materiais encaminhados previamente sobre suas metodologias de formação e atuação de Promotoras Legais Populares, traçando diferenças e similitudes do trabalho de cada organização, destacando alguns pontos interessantes de cada uma das experiências.

No último Ciclo, contamos a apresentação do Namati - Rede de Empoderamento Legal, realizada por Luciana Bercovich e Marta Almela. Com aproximadamente 10 anos de atuação, integram a iniciativa advogados e defensores populares, ativistas de direitos

humanos e organizações de base, educadores de saúde, pesquisadores, jornalistas e funcionários públicos, que buscam atuar de forma colaborativa e interdisciplinarmente em várias regiões do mundo, com o objetivo de amparar as comunidades no entendimento, uso e transformação do direito e das leis que as assistem. Com vistas a compartilhar experiências de outros países, Luciana e Marta selecionaram e apresentaram o trabalho de quatro organizações que compõem a Rede Namati e que atuam na área de violência de gênero e direitos das mulheres. A contribuição foi rica e importante para o conhecimento sobre este espaço de incidência, além das trocas entre organizações que implementam ações na área.

O diálogo entre as participantes ao logo dos 3 Ciclos do Workshop geraram a produção de um mapa em relação as ameaças, os desafios e as possibilidades para o campo, conforme tabela abaixo. Além da conjuntura mais ampla de não reconhecimento dos direitos das mulheres, ataques aos feminismos e aos movimentos populares, e a criminalização dos movimentos sociais; o desemprego, a crise econômica e pauperização agravados pela pandemia foram algumas das ameaças e desafios elencados pelo grupo. As participantes ainda identificaram necessidades concretas das ativistas e das mulheres em situação de violência no atual contexto, como acesso à internet, às condições básicas saúde, bem-estar e alimentação.

No que se refere a continuidade da formação de Promotoras Legais Populares, as alternativas mapeadas foram de realização de formações online, parcerias com instituições, tais como Universidades e centros comunitários, para garantia de infraestrutura mínima e desenvolvimento de uma Plataforma de Ensino EAD compartilhada, com espaço de diálogo múltiplo e troca constante, construindo ambientes comuns.

Além disso, outras alternativas foram elaboradas para pensar a superação dos desafios atuais, como por exemplo, a construção de alianças e articulações coletivas entre as organizações do campo de direitos humanos, reuniões de intercâmbios de atuações em proximidade com outras organizações não brasileiras, identificação de parceiros estratégicos e diálogo com financiadores. O cuidado em relação a segurança das ativistas no ambiente virtual e a criação de um memorial para homenagear as mulheres que participaram das lutas feministas e de mulheres que venham a falecer, pelo novo coronavírus, também fizeram parte das discussões. Como encaminhamento, o grupo definiu uma agenda para seguimento da proposta de consolidação de uma rede nacional de Promotoras Legais Populares.



anexos

Mapeamento das ameaças, desafios e alternativas para continuidade do trabalho das organizações que formam **promotoras legais populares**

AMEAÇAS/DESAFIOS

- O cenário político atual;
 - Não reconhecimento dos direitos das mulheres e a suas conquistas históricas;
 - Ataque ao feminismo (e as feministas) e movimentos populares por grupos fundamentalistas antigênero;
 - Criminalização dos movimentos sociais.

- Desemprego e seu agravamento devido a pandemia;
 - A crise econômica e pauperização (pode impedir a participação de PLPs nos cursos, uma vez que precisam garantir sua sobrevivência).

ALTERNATIVAS

- Reunião de intercâmbios de atuações em cenários similares (Hungria, Estados Unidos, Filipinas, etc).
- Pressão internacional e vocalizar o atual contexto para fora do país;
 - Iniciativa privada como aliada para denúncias da ausência estatal (tomar muito cuidado para não soar como um substituto ao estado);
 - Buscar apoio psicológico para as PLPs devido ao agravamento do desemprego e o adoecimento diante da pandemia;
 - Identificar possíveis doadores;
 - Realização de uma frente ampla de direitos humanos;
 - Manifestos, manifestação na rua de modo seguro frente à pandemia;
 - PLPs irem às ruas com segurança para conversarem com a comunidade;
 - Articulação nacional para apoio com cestas básicas;
 - Realizar levantamento nacional sobre quem perdeu emprego no contexto da pandemia do novo coronavírus;
 - ;
 - Divulgar o trabalho de mulheres autônomas para fortalecer os trabalhos respectivos.

AMEAÇAS/DESAFIOS

- Acesso às tecnologias para todas as PLPs: internet, aparelhos celulares e aparelhos celulares com créditos.

ALTERNATIVAS

- Articulação nacional para apoio com recargas de celulares;
 - Identificação de pessoas estratégicas nas instituições para estabelecimento de parcerias;
 - Reivindicar doação de chips/acesso à internet para PLPs.
- Reivindicar doação de chips/acesso à internet para mulheres em situação de violência;
 - Lista interna de parceiros/as institucionais para as PLPs, pois caso haja denúncias conseguem uma articulação direto com as instituições;
 - Material com telefones de emergência, talvez vídeos/gifs que possa disfarçar ou camuflar as informações para denúncia;
 - Perceber os dias/horários que mais têm pedidos de ajuda e articular a publicação para esses dias;
 - Duas frentes de comunicação, uma para PLPs e outra para as mulheres em situação de violência;
 - Rearticular a relação com a rede de atendimento à mulher em situação de violência;
 - Producir cards informativos de apoio as mulheres para divulgar nas redes de proteção;
 - Instituições e empresas poderiam divulgar em outdoors informações sobre os serviços de apoio às mulheres.

AMEAÇAS/DESAFIOS

- Articulação em rede e o monitoramento das atividades, buscando parcerias, recursos, novas tecnologias e estratégias.

- Manutenção dos cursos de formação de Promotoras Legais Populares diante do contexto pós pandemia; As formações presenciais podem ser difíceis de realização, devido a indisponibilidade de espaços físicos adequados para o contexto pós pandemia, (talvez haja necessidade de investimento de recursos para aluguel de espaços ou outras parcerias para espaços mais amplos onde haja a manutenção do distanciamento).

- Falecimento de PLPs pela COVID-19 ou o adoecimento não só físico, mas também psicológico.

ALTERNATIVAS

- Curso sobre comunicação online (aprendizados sobre novas tecnologias; Criar articulação/coalizão nacional de PLPs (para atuação, captação de recursos e fortalecimento de PLPs); Estratégia de comunicação, combinada com criação da rede de articulação nacional das PLPs; Mapeamento da rede nacional de serviços jurídicos, de saúde, etc, para criarmos um plano de ação comum; Criar mecanismos conforme a realidade de cada região para denunciar as violações de direitos das mulheres.
- Formações (online) de PLPs e curso de atualização (online) para PLPs já formadas; Plataforma de Ensino EAD, compartilhada com a rede de PLPs nacional, com espaço de diálogo múltiplo e troca constante, construindo ambientes comuns; Parceria com instituições (universidades, instituto federal, centros comunitários, etc.), que possam garantir infraestrutura mínima.
- Elaborar algum tipo de memorial para as PLPs que faleceram em decorrência da covid-19; Pensar um memorial em homenagem as mulheres que participaram das lutas feminista e feminina.

programa

WORKSHOP JUNHO 2020 PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Desafios de agora e no pós-pandemia entre teoria e prática

CICLO I
3 de junho

Os reflexos da Pandemia de COVID 19 e
a atuação das Promotoras Legais Populares

9:00h - 9:40h	Boas vindas / apresentação participantes
9:00h - 9:55h	Atividade de cuidado Enraizamento e concentração
9:55h - 10:00h	Contrato de convivência
10:00h - 11:00h	Análise de conjuntura - Brasil, pandemia do coronavírus e influências nas nossas regiões Convidadas: Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, do Geledés - Instituto Mulher Negra Denise Dourado Dora, sócia fundadora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos
11h - 11:50h	Troca de ideias e experiências implementadas no período da pandemia de covid 19 pelos grupos participantes O que tem sido feito no período da pandemia no âmbito do empoderamento jurídico?
11:50h - 12:00h	Relaxamento e encerramento

CICLO II
10 de junho

**Formas de continuidade da atuação das Promotoras Legais Populares,
com foco nos desafios no campo do
empoderamento jurídico feminista e popular frente à crise**

9:00h - 9:30h	Abertura
9:30h - 9:45h	Atividade de cuidado Enraizamento e concentração
9:45h - 10:30h	Experiências e insights diante dos desafios impostos pela atual conjuntura Convidadas: Talita Rampin e Maria Laura Romerk Promotoras Legais Populares DF e entorno. Debatedora: Fabiane Lara dos Santos Conselheira diretora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos.
10:30h - 11:00h	Exposição da síntese dos dados coletados nos estudos de caso Expositora Luana Pereira da Costa, Conselheira diretora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e Consultora do Projeto.
11:00h - 11:20h	Formas de continuidade da atuação das promotoras Quais os desafios e ameaças para a continuidade do trabalho das organizações que formam PLPs?
11:20h - 11:50h	Atividade de cuidado
11:50h - 12:00h	Encerramento

CICLO III
17 de junho

Próximos passos diante dos desafios enfrentados

9:00h - 9:30h	Abertura
9:30h - 10:00h	Experiências internacionais que têm sido desenvolvidas em âmbito global. Convidadas: Luciana Bercovich e Marta Almela Namati - Rede de Empoderamento Legal
10:00h - 10:15h	Atividade de cuidado
10:15h - 11:15h	Estratégias adotadas pelas organizações para saída da crise Quais são as alternativas para atuação diante da crise? Quais os recursos que essas estratégias necessitam?
11:15h - 11:45h	Atividade de cuidado Relaxamento
11:45h - 12:00h	Encerramento

participantes

■ **Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos**
Guaneci Ávila
Jade dos Santos Alves

União das Mulheres de São Paulo
Maria Amélia de Almeida Teles
Marilia Kayano Moraes

Geledés - Instituto da Mulher Negra
Maria Sylvia de Oliveira

Fundação Margarida Alves
Verônica Rodrigues da Silva
Odete Ricardo da Silva

Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria - CECA
Nivia Ivette Núñez de la Paz
Graciela Cornaglia

Centro Dandara de Promotoras Legais Populares
Marcela Ribeiro de Andrade
Fabiana Costa do Amaral

Promotoras Legais Populares do Distrito Federal e Entorno
Talita Rampin
Maria Laura Romerk

Curso de Extensão Promotoras Legais Populares, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Thuane Rodrigues Nascimento

Grupo Mulher Maravilha
Maria de Lourdes Araújo Luna
Marize Monteiro

Promotoras Legais Populares da Fronteira Trinacional
Danielle Michelle Moura de Araújo
Zulneide Rodrigues

■ **Facilitadoras**
Michely Ribeiro
Simone Cruz
Louisa Huber

■ **Convidadas**
Luciana Bercovich . Rede de Empoderamento Legal
Marta Almela . Rede de Empoderamento Legal
Tiana Vilar Lins . Fundação Womanity
Laura Somoggi . Fundação Womanity
Cecília Scarpi . Porticus
Denise Dora . Artigo 19 . sócia fundadora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Fabiane Lara do Santos . Conselheira Diretora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Maria Salete da Silveira Pinto . Conselheira Diretora da Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos

Equipe Técnica

Márcia Ustra Soares . Diretora Executiva
Renata Teixeira Jardim
Letícia Balester
Jéssica Miranda Pinheiro
Tainah Motta do Nascimento

Conselho Diretor

Carmen Hein De Campos
Denise Dourado Dora
Esther Pillar Grossi
Márcia Veiga Da Silva
Márcia Ustra Soares
Maria Guaneci Marques De Ávila
Luana Pereira Da Costa
Fabiane Teresinha Lara Dos Santos

Conselho Fiscal

Maria Inês Nunes Barcelos
Maria Salete Da Silveira Pinto

Suplentes

Miriam Steffen Vieira
Virgínia Feix

Esta publicação pertence ao Projeto:

Promotoras Legais Populares da América Latina: Construção de uma Aliança Regional

Relatório: Workshop Junho 2020

Promotoras Legais Populares: Desafios entre Teoria e Prática

Coordenação do Projeto Renata Teixeira Jardim

Consultoras Luana Pereira da Costa e Michely Ribeiro

Consultoria Editorial Jussara Bordin

Projeto Gráfico Beatriz Canozzi Conceição

Revisão Telassim Lewandowski

Themis

Gênero, Justiça e

Direitos Humanos

Rua dos Andradas 1137/ 2205

Porto Alegre . RS

CEP 90020-015

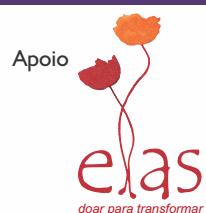
<http://themis.org.br/>

Esta publicação tem o apoio do **Elas** . Fundo de Investimento Social

W O R K S H O P 2 0 2 0

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES

Parceiros



Apoio



doar para transformar

Realização

